



ANDRESSA MIRELY DA SILVA

**O BRASIL NA SEMIPERIFERIA: ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA,
SOB A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO**

João Pessoa

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDRESSA MIRELY DA SILVA

**O BRASIL NA SEMIPERIFERIA: ANÁLISE DO SETOR AGRÍCOLA,
SOB A PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Lima

João Pessoa

2015

S586b

Silva, Andressa Mirely da.

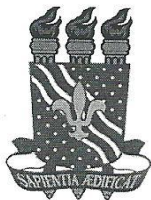
O Brasil na semiperiferia: uma análise do setor agrícola, sob a perspectiva dos sistemas-mundo. / Andressa Mirely da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2015.

92f.:il

Orientador (a): Prof. Dr. Thiago Lima.

Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.

1. Relações internacionais. 2. Semiperiferia - Expansão do capital.
3. Pro SAVANA. 4. Brasil. I. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**




A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,5,
o Trabalho de Conclusão de Curso

“O Brasil na Semiperiferia: Análise do Setor Agrícola, sob a Perspectiva dos Sistemas-Mundo”.

Elaborado por
Andressa Mirely da Silva
Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva – UFPB (Orientador)



Prof. Ms. Daniel de Campos Antiquera – UFPB



Prof. Dr. Jales Dantas da Costa – UFPB

João Pessoa, 23 de outubro de 2015.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)
Departamento de Relações Internacionais (DRI)
Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil - CEP - 58051-900

Resumo

Aproveitando a conjuntura do pós-II Guerra Mundial, o Brasil recebeu investimentos oriundos de países do Centro, considerando a perspectiva dos Sistemas-Mundo. Esses investimentos foram fundamentais para que o país promovesse sua industrialização e modernização agrícolas. Saindo da Periferia para a Semiperiferia, o Brasil passa a atuar como investidor em outros países da América do Sul e na África, embora ainda sustente a condição de receptor de investimentos. Esse fluxo de capital é possível graças à aliança capital-Estado, observável inclusive em projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), a exemplo do ProSAVANA.

Palavras-chave: Semiperiferia; expansão do capital; ProSAVANA.

Abstract

During post-II World War, Brazil received investments from Core countries, considering World-Systems perspective. Those investments were key to Brazil develop agricultural industrialization and modernization. From Periphery to Semiperiphery, Brazil is now an investor at others South American and African countries, despite of still being a receptor of investments. Those capital flows are possible thanks to capital-state alliance, and we can see that in International Cooperation for Development (ICD) projects, as ProSAVANA.

Key-words: Semiperiphery; capital expansion; ProSAVANA.

Sumário

Introdução	1
CAPÍTULO 1 : Considerações sobre a perspectiva dos Sistemas-Mundo	
1.1. Hierarquia no moderno sistema-mundo.....	5
1.2. Semiperiferia e expansão do capital	10
1.3. Cadeia de mercadorias e o setor agrícola brasileiro.....	22
CAPÍTULO 2: Expansão do capital agrícola	
2.1. Agricultura no moderno sistema-mundo	30
2.2. IED na agroindústria brasileira: o caso da Soja.....	37
2.3. Expansão do agronegócio brasileiro para a América do Sul	45
CAPÍTULO 3: ProSAVANA	
3.1. Agricultura em Moçambique.....	50
3.2. Reproduzindo o PRODECER.....	55
3.3. Cooperação ou investimento?.....	59
Considerações finais	68
Referências bibliográficas	74
Anexos	85

À minha família

A los que son toda la sobra de lo que se robaron

Lista de ilustrações

Gráfico 1

Participação relativa (%) do setor agrícola no PIB brasileiro (1974-2004) 85

Gráfico 2

Participação (%) da América Latina na produção mundial de *selected crops*
(1961 -2011) 86

Gráfico 3

Fluxo de investimentos brasileiros diretos, em US\$ milhões (1970 – 2007) 87

Gráfico 4

Disponibilidade potencial de terra não-cultivada, em diferentes regiões do mundo 88

Mapa 1

Expansão da produção de soja e localização das principais agroindústrias, no Brasil
(1990 – 2005) 89

Mapa 2

Localização de Moçambique, no mapa político mundial 89

Mapa 3

Mapa de uso de terras, em Moçambique 90

Lista de Tabelas

Tabela 1

Origem do capital aplicado em terras, no Brasil (2010).....91

Tabela 2

Participação (%) do Investimento Brasileiro Direto em regiões mundiais,
(1970 – 2006).....91

Tabela 3

Evolução do Investimento Brasileiro Direto em países da América do Sul, em US\$
bilhões (2001-2009)92

Lista de abreviaturas e siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ADM	Archer Daniels Midland
AMPA	Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão
AGU	Advocacia Geral da União
BASAGRO	Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMPO	Companhia de Produção Agrícola
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
DEM	Democratas
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DUAT	Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<i>FAO</i>	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FAPCEN	Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul
IMEA	Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JA!	Justiça Ambiental Moçambicana
<i>JADECO</i>	<i>Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation</i>
<i>JBPP</i>	<i>Japan-Brazilian Partnership Program</i>
LDH	Liga Moçambicana dos Direitos Humanos
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIATT	Projeto de Apoio Técnico à Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROALIMENTOS	Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROSAVANA	Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UNAC	União Nacional de Camponeses de Moçambique
<i>UNCTAD</i>	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UPCD	União Provincial das Cooperativas de Nampula
ZENCOREN	Federação Nacional das Cooperativas de Compras do Japão

Introdução

Na década de 1960, o Brasil importava alimentos. Já na década de 1990, foi considerado autossuficiente, exportava insumos agrícolas e suas empresas começavam a se internacionalizar. Após processos de industrialização e modernização agrícolas, o Brasil altera sua realidade no setor agrícola e alcança o status de Semiperiferia, sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo. Alguns pontos são fundamentais para entendermos a trajetória brasileira: a estrutura e a mudança de conjuntura na economia-mundo capitalista; como e porque o capital se expande na forma de investimentos estrangeiros diretos (IED); e como a mudança de status hierárquico do país alteram suas relações internacionais. Como exemplo, temos o envolvimento brasileiro em PRODECER e em ProSAVANA, projetos de cooperação internacional de desenvolvimento no setor agrícola realizados no Brasil (a partir de 1974) e em Moçambique (a partir de 2012).

O objetivo geral desse estudo é entender como o status hierárquico do Brasil, na economia-mundo capitalista, foi alterado de Periferia para Semiperiferia. Argumenta-se que os investimentos estrangeiros diretos (IED) absorvidos pelo país na década de 1960 tiveram um papel fundamental para transformar a realidade agrícola do país, que era basicamente artesanal e consegue, em meados de 1970, se inserir em complexos agroindustriais. Nos anos 2000, o Brasil já apresenta capacidade para expandir o capital concentrado em seu território, e chega a outros países da América do Sul e a países africanos. Percebe-se, assim, uma mudança significativa na realidade agrícola brasileira, em menos de cinco décadas.

No entanto, ao mesmo tempo em que o Brasil tem consideráveis vantagens em suas relações econômicas com alguns países, ele se mantém como elo fraco em suas relações com Estados mais fortes, que tem alianças mais duradouras com o capital. Tratando do mercado fundiário, por exemplo, o Brasil é um destino histórico de investimentos estrangeiros. Desde os tempos coloniais, o Brasil foi alvo da compra de terras por estrangeiros, seja para fins produtivos ou especulativos. A diferença é que, nas últimas décadas, o Brasil passou a reproduzir em outros países a experiência vivida, mesclando o status de investidor e receptor de investimentos.

A abordagem dos Sistemas-Mundo é uma ferramenta útil para entendermos o caráter transnacional do capital e como este se comporta nas fases de expansão da

economia. Embora considere importante revisar a perspectiva teórica, não é objetivo deste trabalho se aprofundar em alguma visão ou comparar autores, nem mesmo fazer teste de teoria. Fala-se de *abordagem* ou *perspectiva* dos Sistemas-Mundo – e não de *Teoria* dos Sistemas-Mundo – uma vez que são consideradas diferentes definições e metodologias, de diferentes autores em diferentes épocas, muito embora todos possam ser considerados sob a mesma escola de pensamento. Dentre as Teorias consideradas, cito como autores-base: Immanuel Wallerstein (1974,1976,2004); Giovanni Arrighi (1996, 1997); Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986), Chase-Dunn (1988,2001,2013), entre outros.

Para os propósitos deste trabalho, é importante focar na ideia de *Semiperiferia* e de *cadeias de mercadorias*. A perspectiva dos Sistemas-Mundo reconsidera o papel da Semiperiferia na economia-mundo, atribuindo-lhe importância específica, sendo mais que um meio termo entre o Centro e a Periferia. O papel da Semiperiferia influencia fortemente a distribuição dos nós nas cadeias de mercadorias e, conseqüentemente, na distribuição de excedentes no sistema-mundo. Para compreensão do caso brasileiro, são considerados estudos que já classificam o Brasil na Semiperiferia, sem juízo de valor ou questionamentos metodológicos por parte da autora.

O foco do estudo está no setor agrícola, uma vez que o país foi inserido na economia-mundo capitalista a partir de práticas extrativistas e de *plantation*, e manteve ao longo dos séculos sua função agrário-exportadora, havendo peso expressivo da exportação de commodities no saldo da balança comercial. No entanto, durante o estudo, é importante notar em qual conjuntura (e quais as consequências internas e internacionais) se deu a modernização de um setor originalmente tão primitivo.

Essa modernização na agricultura brasileira foi resultado de um processo de reordenamento de conjuntura da economia-mundo, no período pós-II Guerra, e da inovação econômico-organizacional inaugurada pela nova hegemonia, os Estados Unidos. Os EUA introduziram o modelo de verticalização do processo produtivo, que foi expandido ao redor do globo por meio das multinacionais, com a estratégia de absorver as vantagens competitivas de cada lugar. Assim sendo, uma mesma empresa é capaz de controlar várias etapas da produção de determinada mercadoria, que estão espalhadas por diversos países, absorvendo os excedentes de todas essas etapas.

Por isso, muito embora esse estudo foque no Brasil e no setor agrícola, é importante ressaltar que a perspectiva dos Sistemas-Mundo tem o próprio sistema-

mundo como unidade de análise. Para o sistema-mundo moderno, devemos atentar para a dinâmica da economia-mundo capitalista para entender a evolução histórica de determinado Estado ou mesmo um programa de cooperação internacional, a exemplo do ProSAVANA. Por essa perspectiva, as ações estatais, privadas, de organizações internacionais ou mesmo de indivíduos, não são totalmente livres: elas estão interligadas e são interdependentes, além de sofrerem constrangimentos estruturais.

Do mesmo modo, uma cadeia de mercadorias pode ser bastante ampla e envolver os setores primário, industrial, comercial, de serviços etc. Ao tratar do setor agrícola, estamos considerando-o como base para uma variedade imensa de mercadorias. Podemos tomar como exemplo o cultivo de soja, cultura com uma das maiores demandas no mercado internacional. Atualmente, não se pode simplesmente preparar o solo, plantar, regar e esperar para colher a soja. Atualmente, sua produção acontece em escala industrial e tem seu início em laboratórios, com desenvolvimento de técnicas para melhoramento de sementes; passa pelo mercado fundiário, que vai definir uma parte considerável dos custos de produzir; necessita do mercado financeiro, que vai financiar a produção, transporte e comercialização. Toda essa cadeia é necessária pois, além de servir como alimento para humanos e animais, essa commodity é utilizada nas mais diversas cadeias produtivas e, literalmente, move boa parte do mundo, sendo uma das principais matérias-primas de biocombustíveis.

No Capítulo 1, após considerações teóricas sobre a hierarquia no sistema-mundo, detenho-me a considerações sobre *Semiperiferia* e como esta pode responder aos estímulos de expansão do capital. Nesse sentido, é importante guardar a ideia de *ilusão de desenvolvimento* de Giovanni Arrighi (1997) e notar como a expansão do capital aprofunda as assimetrias entre os estratos da economia-mundo. Atentando para as cadeias de mercadoria no setor agrícola, temos que os elos mais fracos são dependentes de recursos naturais e do cultivo da terra para ser parte do processo produtivo, enquanto os elos mais fortes se ocupam com *brain activities*, sendo responsáveis pelas decisões estratégicas, organizacionais e inovações.

O Capítulo 2 trata da modernização e da industrialização da agricultura no Brasil, que deixa de ser um processo dependente apenas da natureza e servindo apenas para alimentação. Diante das necessidades do mundo moderno, a agricultura agrícola vem perdendo o seu caráter de subsistência e os produtos agrícolas são matéria-prima das mais diversas cadeias de mercadoria, e precisam ser produzidos em escala

industrial. Assim, a agricultura se torna mais um setor de mercado e o capital investido nessa área precisa se expandir para conquistar as vantagens competitivas de vários Estados, de acordo com as etapas do processo de produção e beneficiamento, e assim acumular mais capital. Por isso, o Brasil recebeu investimentos agrícolas provenientes do Centro a partir da década de 1960, investe na América do Sul desde 1990 e, mais recentemente, chega em África.

No último capítulo, o foco está no ProSAVANA, um programa de cooperação internacional que se desenvolve em Moçambique, no qual o Brasil é cooperante a nível técnico. O ProSAVANA segue as linhas do PRODECER, programa de cooperação realizado no Brasil a partir da década de 1974, em parceria com o Japão. Ambos os projetos visavam desenvolver capacidades agrícolas e garantir a oferta de alimentos. Nesse capítulo, o objetivo é perceber como o capital se associa ao Estado para garantir os interesses de ambos, e como um país de Semiperiferia se associa a um país de Centro para reproduzir ferramentas de exploração e garantir interesses próprios.

CAPÍTULO 1

Considerações sobre a perspectiva dos Sistemas-Mundo

1.1. Hierarquia no moderno sistema-mundo

A abordagem dos sistemas-mundo, de base marxista-estruturalista, considera que é preciso entender a acumulação de capital e a expansão geográfica do capitalismo para, então, entendermos a trajetória individual de um Estado. Isso implica entender a maior complexidade das forças de produção, a necessidade por mercados e meios de produção, e a pressão por custos totais sempre mais baixos. Assim, um *sistema-mundo* é um sistema social caracterizado por um conjunto de atividades economicamente essenciais para reprodução material, em um dado momento histórico, e não obedece a estruturas políticas pré-determinadas. Não é necessariamente *o* mundo, mas *um* mundo em si mesmo, composto por uma multiplicidade de atores interdependentes - empresas, organizações internacionais e não governamentais, grupos sociais etc.

Para Giovanni Arrighi (1996) e Immanuel Wallerstein (2004), o capitalismo só pode existir em plenitude dentro do sistema interestatal da economia-mundo, em que cada Estado é soberano e faz alianças estratégicas com os detentores de capital, garantindo a sobrevivência de ambos. Isso porque o capital é essencialmente internacional: ele não obedece a fronteiras estatais e necessita ser livre, em uma economia dinâmica, para se reproduzir. Diferente da estrutura imperial, por exemplo, é o Estado que permite que a economia seja dinâmica e assegura as condições para reprodução do capital. Sendo assim, a relação entre as empresas capitalistas e os Estados soberanos é fundamental para compreensão do funcionamento da economia mundo.

Quanto à soberania estatal, esta é relativa: os Estados mais fortes encontram meios para interferir nos assuntos internos dos mais fracos (tratados, organizações internacionais etc.), pressionando para que eles mantenham suas fronteiras abertas e permaneçam sob o jogo de acumulação capitalista (WALLERSTEIN, 2004). Em tese, não é responsabilidade do Estado a produção de riqueza, apenas a organização econômica. Mas, para executar suas funções, o Estado necessita manter o capital já presente em seu território e atrair parte da riqueza mundial para dentro de suas

fronteiras. Do mesmo modo, o capital precisa que o Estado garanta a propriedade privada e mantenha a ordem social, para que se possa estabelecer as relações de trabalho e a consequente apropriação da mais-valia e excedentes.

Segundo a perspectiva dos sistemas-mundo, as relações de exploração acontecem dentro dos Estados e entre os Estados. Para Wallerstein (1984,2004), é a divisão social do trabalho que condiciona a estrutura hierárquica de uma economia-mundo. Em uma economia-mundo capitalista, a divisão internacional do trabalho (DIT) se estabelece de forma a gerar o maior lucro possível e se organiza de forma vertical: aproveita o que cada espaço geográfico pode oferecer e a capacidade de cada Estado para atrair e se aproveitar do modo capitalista de produção, em determinado tempo histórico. De acordo com as diferentes capacidades políticas e de recursos, o capital irá explorar e determinar diferentes papéis para cada Estado ou região, na divisão internacional do trabalho. Assim, as áreas do globo podem se diferenciar em relação a vários indicadores: preços, salários, níveis de vida, PIB e PIB per capita, balança comercial etc. (ARRIGHI; DRANGEL, 1986; BRAUDEL, 1987; WALLERSTEIN, 1999).

De acordo com essas diferenças, podemos separar um sistema-mundo em três esferas, observando a divisão geográfica do capital: Núcleo (ou Centro), Semiperiferia e Periferia. Esses conceitos fazem referência à concentração, em determinado espaço geográfico, de processos produtivos que geram maior ou menor taxa de lucro (monopólios \times livres-concorrência). Para entendermos o que significa classificar um processo produtivo como central ou periférico, é preciso considerar a conjuntura do sistema-mundo marcada pela disposição das forças políticas, mais do que o processo em si. Isso porque o lucro está relacionado com o grau de monopolização, que pode ser determinado pela relação entre disponibilidade de capital acumulado e capacidade política para manter o maior nível de monopólio¹. Ao variar o grau de monopolização e o equilíbrio entre as capacidades estatais, o que hoje é um processo central pode se converter em um processo periférico.

Em tese, os processos centrais são caracterizados por serem monopólios e por necessitarem de Estados fortes para se sustentarem. Para Wallerstein (2004, p.43), um Estado é internamente forte quando tem meios efetivos para implementar suas decisões

¹ Considera-se que o monopólio absoluto é impraticável no atual estágio da economia-mundo capitalista, sendo mais viável tratar de oligopólios ou níveis de monopólio.

legais; burocracia forte e capacidade de cobrar impostos. Um Estado é considerado poderoso apenas quando as classes que o apoiam também lhe garantem o mesmo apoio quando em situações de emergência e isso irá acontecer quando houver a percepção de que o Estado está disposto a dedicar todos os seus esforços para facilitar a acumulação através da produção de mercadorias. Em nível internacional, na economia-mundo capitalista, um Estado forte é capaz de alterar a divisão internacional de trabalho, diante de sua autoridade em algumas áreas relevantes, como: mobilidade do capital; direito de propriedade no interior do Estado; definição dos custos a serem ou não pagos pelas empresas; permitir ou não que os processos sejam monopolizados.

Os Estados periféricos também contam com processos produtivos lucrativos, mas os Estados no Centro da economia-mundo tomam para si a maior parte dos ganhos do comércio, principalmente a partir de mecanismos de trocas desiguais. A desigualdade é encontrada na produção, onde constatamos o duplo vetor de exploração do trabalhador em processos periféricos: além de ser explorado pela burguesia nacional também há extração de excedente e de mais-valia em favor de uma burguesia internacional, diante do caráter internacional do capital. O trabalhador não é remunerado de acordo com o valor que agrega à mercadoria que produz e, em processos periféricos, a remuneração tende a ser ainda menor que nos processos centrais. A mesma coisa acontece com os demais fatores de produção que, por meio de arranjos político-econômicos, apresentam menores custos ao capital.

Dentre outros, os Estados com características periféricas oferecem ao capital abundante oferta de mão de obra e salários mais baixos que os praticados no Centro; terras mais baratas e mais férteis; legislações mais porosas e os mais variados incentivos fiscais. As economias centrais precisam da Periferia e a Semiperiferia para comprar insumos e suprimentos, além de aliviar sua produção. Assim, quando um país periférico comercializa determinada matéria-prima para alimentar uma indústria de ponta, localizada em um país de Centro, o preço praticado é menor que o valor de fato² da mercadoria. Ao ter menores custos de produção, o país central acumula capital. Esse fluxo de capital é resultado do maior grau de monopolização das economias centrais, representadas por Estados fortes e com melhores condições de ditar os termos de comércio internacional.

² Considera-se *preço* para tratar de algo mensurável economicamente e, no caso em questão, é estabelecido pelas leis de mercado. *Valor* é um conceito abstrato e indica a importância percebida do bem para a cadeia produtiva.

Em um contexto de recursos finitos e de incessante acumulação de capital, estabelece-se um jogo de soma zero: para que uns continuem enriquecendo, outros necessariamente têm que empobrecer, cada vez mais. Como consequência, a exclusão e a exploração se tornam cada vez mais fortes e evidentes. Sobretudo nas periferias controladas ou bastante dependentes do poder central, hoje caracterizados pela atuação de empresas transnacionais, há forte exacerbação de conflitos, que são invisibilizados pelas repressões que partem das zonas centrais. Como resultado, temos grande instabilidade política e fraqueza internas, com tendência a regimes totalitários. Havendo distribuição desigual de excedente, existe por consequência desenvolvimento desigual - mas nunca isolado.

Para entendermos como acontece a troca desigual, é necessário entender o conceito *cadeias de mercadoria*, que será aprofundado mais adiante. Ao falarmos de cadeia de mercadoria, consideramos as etapas produtivas e comerciais, desde a extração de matéria-prima à chegada ao consumidor final. No entanto, cada elo que constrói uma cadeia de mercadoria, segundo a perspectiva dos sistemas-mundo, não oferece parcelas equivalentes de valor ao produto final. É possível que determinados elos sejam controlados por capitalistas mais fortes, com maior capacidade para criar monopólios (via vantagem tecnológica ou organizacional) e absorver valor gerado em outros elos da cadeia. Relacionando os conceitos, temos os elos produtivos mais fortes no Centro da economia-mundo, enquanto os mais fracos estão concentrados na Semiperiferia e na Periferia. Para um Estado em uma economia-mundo capitalista, é importante concentrar o maior número de processos centrais que são elos fortes em cadeias de mercadorias monopolizadas, tendo em vista que é dos processos centrais que extraímos os maiores excedentes e maiores salários-médios.

Autores clássicos de teorias dos Sistemas-Mundo, como Immanuel Wallerstein (1984, 2004) e Giovanni Arrighi (1996, 1997), não consideram a existência de processos semiperiféricos, no sentido de apresentar um nível mediano de capacidade de extrair excedente ou nível mediano de monopolização. Para esses autores, a Semiperiferia é caracterizada por uma distribuição bastante equilibrada entre processos centrais e periféricos, dentro dos limites geográficos do Estado. Como vimos, os Estados têm capacidades diferentes para intervir e distorcer o mercado a favor da concentração de capital dentro de suas fronteiras, que é refletida na quantidade de processos centrais ou periféricos em seu território.

No entanto, a Semiperiferia é mais do que uma zona intermediária entre o Centro extremamente rico e a Periferia extremamente pobre. Essa zona desempenha um papel estratégico, de contrapeso. Assim, é possível que se mantenha certo nível de estabilidade no sistema mundial, evitando a polarização extrema. Sobretudo em momentos de expansão das atividades centrais nas Semiperiferias, associações de trabalhadores e outros grupos de interesse politicamente organizados tendem a aumentar suas demandas por melhor distribuição do excedente gerado. Há, portanto, aspectos políticos e econômicos que sustentam a necessidade de zonas econômicas intermediárias – recompensas desiguais geram rebeliões políticas (CHASE-DUNN, 2013).

Segundo Wallerstein (2004), existem três mecanismos que permitem essa relativa estabilidade política ao sistema-mundo: a concentração de força militar no Centro; a crença da população dos Estados centrais de que seu próprio bem-estar depende da manutenção do sistema como tal; e a existência da Semiperiferia. Separando os explorados da Periferia dos explorados da Semiperiferia, é criada uma ilusão de superioridade e de maior nível de desenvolvimento para os últimos, evitando que se unam contra o Centro privilegiado do sistema-mundo.

“The opacity of the distribution of the surplus-value in a long commodity chain is the most effective way to minimize political opposition, because it obscures the reality and the causes of the acute polarization of distribution that is the consequence of the endless accumulation of capital, a polatization that is more acute than in any previous historical system” (WALLERSTEIN, 1999, p.58).

Outra característica peculiar do Estado semiperiférico é tentar não escorregar para Periferia, ao mesmo tempo em que se esforça para chegar ao Centro. Além de, no mínimo, tentar manter seu status, é preciso evitar que outro Estado semiperiférico ascenda, uma vez que no jogo de soma-zero que é o capitalismo, a capacidade de ascensão de um Estado semiperiférico significa a incapacidade de outro Estado de melhorar sua combinação de atividades econômicas. Para tantos, esses países adotam políticas para tentar concentrar mais processos com maior grau de monopolização e, em

geral, adotam medidas protecionistas para fugir das pressões competitivas. Para Wallerstein (2004), é na Semiperiferia que a verdadeira concorrência acontece.

A Semiperiferia também alivia o capital congestionado no Centro. Quando há mudança na conjuntura internacional e o Centro precisa redirecionar capital investido em determinado processo - agora não tão lucrativo, a Semiperiferia absorve esse capital (na maioria das vezes, na forma de investimento estrangeiro direto - IED). É a oportunidade de o estrato periférico mais competitivo obter lucros a partir de processos que ficaram menos monopolizados, que serão transferidos a partir do Centro. Essa transferência acontece porque, na nova conjuntura, não é mais possível extrair a maior taxa de lucro mantendo esse processo produtivo no Centro. Para que o maior lucro seja obtido, é preciso aproveitar as vantagens competitivas de outras esferas.

Daí a necessidade de aprofundar o conceito *Semiperiferia* e entender como o capital se expande em uma economia-mundo. É importante perceber que essa transferência de capital do Centro em direção a Semiperiferia é uma escolha baseada na perspectiva de arrecadar sempre o maior lucro possível. Então, a expansão geográfica do capital implica em aprofundar as relações de exploração e, conseqüentemente, ajuda a promover maiores níveis de concentração de riqueza e renda. O capitalista não *escolhe* desenvolver aquela área periférica, ele *precisa* fazê-lo. Por isso, ao tratar dessa questão, Giovanni Arrighi (1997) fala da *ilusão do desenvolvimento* pela qual passa a Semiperiferia.

1.2. Semiperiferia e expansão do capital

Como comentado anteriormente, o sistema-mundo moderno está dividido em três substratos: Centro, Semiperiferia e Periferia. Para defini-los, atentamos para a concentração de processos produtivos com maior ou menor grau de absorção de excedentes, e encontramos o nível de recompensa agregada em cada Estado ou região. No Centro, encontramos os lócus econômico e de poder, processos produtivos monopolizados, maiores salários e maiores lucros. Pelo mecanismo de trocas desiguais e outros meios de distorção de mercado, também é possível que o Centro absorva parte do excedente gerado na Periferia, caracterizada por menor força política e econômica,

baixos salários e forte desigualdade na distribuição de renda. A Periferia está estruturalmente constrangida a reproduzir sua subordinação.

Mas, como definir a Semiperiferia? Essa pergunta se torna ainda mais pertinente a partir da década de 1970, quando o contexto pós-Guerras Mundiais tornou evidente o amadurecimento do caráter transnacional do capital, ao promover a Segunda Revolução Industrial nas áreas periféricas e semiperiféricas, processo que ocorreu nos países centrais ainda no século XIX. Nesse contexto, também ficam evidentes as peculiaridades do chamado *terceiro mundo*, gerando diversos debates quanto ao grau de autonomia do Estado e condicionalidades do sistema-mundo para definir níveis de desenvolvimento. Assim, as teorias já existentes seriam válidas para analisar as particularidades semiperiféricas?

Em relação às teorias do desenvolvimento cronologicamente anteriores, a Teoria dos Sistemas-Mundo confere maior importância a essas zonas intermediárias, atribuindo-lhes um papel e características específicos. Para Wallerstein (1984, 2004) e Giovanni Arrighi (1997), a Semiperiferia seria uma esfera intermediária na economia-mundo, composta por um número significativo de Estados que aparentam estar permanentemente estacionados. Eles consideram que a Semiperiferia sempre existiu no sistema capitalista e seu papel é semelhante ao da classe média dentro da disposição de classes dentro de um Estado, ponto a partir do qual Fernand Braudel (1996 *apud* WALLERSTEIN, 2004) chama atenção para proximidade entre as estruturas sociais que regem o macrocosmo e o microcosmo da economia-mundo. Como afirma André Lourenço (2005, pp.179), "a Semiperiferia é algo que fica *incomodamente* no meio" (grifo meu).

É importante considerar que a Semiperiferia abarca uma ideia de Estados extremamente difusa e heterogênea, e há críticas em relação à suficiência teórica do conceito e a qualidade meramente descritiva dos argumentos pelos quais este se baseia. Wallerstein (1976, 2004) admite a grande amplitude e diferenças entre os países que compõem a Semiperiferia: em termos de força econômica quanto política, diante de experiências socialistas ou não; se já foram ou não parte do Centro. Alguns estudos consideram a divisão entre *Semiperiferia forte* e *Semiperiferia fraca*³. Não há, portanto, um consenso sobre a ideia de Semiperiferia. Para os fins deste trabalho, considerarei

³ Ver SMITH; WHITE (1992) e EBERT; TREZZINI (1992) *apud* BORNSCHIER, TREZZINI (1997).

uma perspectiva estrutural de Semiperiferia, considerando seu papel na expansão do capital. De modo geral, os países semiperiféricos apresentam um papel estrutural estratégico no sistema-mundo. Eles seriam responsáveis por desviar as pressões econômicas e políticas oriundas dos dois polos, sendo mais que uma categoria residual:

“the legitimacy and stability of this highly unequal and polarizing system are buttressed by the existence of semiperipheral states [...]” (ARRIGHI; DRANGEL, 1986, p.12). Eles teriam, ainda, uma função dinamizadora: os Estados semiperiféricos são os mais propícios a tirar proveito de situações de crise podendo, inclusive, ascender ao Centro.

Immanuel Wallerstein (1976, 1984, 2004) descreve mais do que aprofunda o conceito, identificando duas características: a) permanece ao Centro em termos de produtos que exporta, e em termos de médias salariais e lucros marginais; b) há interesse direto e imediato do Estado (maior do que no Centro e na Periferia) como maquinaria política, no controle do mercado interno e do mercado internacional. É essa atuação do Estado, na arena política, a responsável pela Semiperiferia resistir e não ser rebaixada à condição de Periferia. Por outro lado, a capacidade do Estado semiperiférico é reduzida, em relação aos Estados centrais, sendo insuficiente para ascender. A mobilidade em direção a qualquer um dos polos existe somente em momentos específicos da economia-mundo, a exemplo de grandes crises estruturais.

Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986) se posicionam criticamente à ideia de Semiperiferia proposta por Immanuel Wallerstein. Eles afirmam que as sugestões deste autor não são tão úteis para identificar uma zona semiperiférica e, de imediato, seria preciso considerar a classificação das cadeias de produção, responsáveis por integrar o trabalho internacionalmente. Uma vez que separamos essas cadeias apenas em *centrais* ou *periféricas*, o status de Semiperiferia não poderia se referir à divisão internacional do trabalho, mas à distribuição do excedente/produto total. Os Estados semiperiféricos se caracterizariam por um grau bastante diversificado de suas médias salariais e de exportações, além de diferentes direcionamentos políticos para os mercados interno e externo.

Para Arrighi e Drangel (1986), a Semiperiferia funcionaria como uma espécie de zona tampão, sendo composta por Estados rebaixados do Centro ou ascendentes da Periferia devido a choques aleatórios ou sistêmicos, através dos quais a economia-mundo opera. Apesar da dificuldade de resistir ou forçar que outros caíam para a Periferia, é possível que a Semiperiferia ascenda por meio de inovação tecnológica nas

atividades centrais que já dominam e que apresentam bons retornos naquele momento específico da economia-mundo. Assim, alguns Estados conseguem ter melhoras qualitativas em detrimento de outros, que não possuem capacidade de inovação ou não abrigam processos potencialmente mais rentáveis naquele período específico. A tendência é que os Estados semiperiféricos apresentem taxas de crescimento superiores às do Centro e da Periferia. Mas, devido à grande heterogeneidade, não seria possível encontrar um modelo único de desenvolvimento semiperiférico (CHASE-DUNN, 1988,2013).

Citando Maurice Aymard (1985), Arrighi e Drangel (1986) oferecem duas definições para Semiperiferia, uma econômica e outra política. A partir de uma vertente econômica, a Semiperiferia seria “a soma dos excedentes que flutuam em torno do ponto zero” (p. 15, tradução minha). Essa definição se aproxima daquela oferecida por Wallerstein (1974, 1976,2004), que considera a Semiperiferia como uma distribuição relativamente equilibrada de processos centrais e periféricos. A segunda definição, de caráter político, considera a aceitação voluntária dos países quanto à competição de mercado, e ao mesmo tempo em que buscam políticas de equiparação ao Centro e afastamento das ameaças periféricas.

Giovanni Arrighi, em *A Ilusão do Desenvolvimento* (1997), faz um esforço empírico para identificar se a Semiperiferia realmente ocupa uma posição própria na economia-mundo. Para tanto, ele observa um conjunto de países ao longo de 45 anos (1945–1980) e encontra que, de fato, eles permanecem estáveis em uma zona intermediária, entre o Centro e a Periferia. Arrighi considera que essa relativa estabilidade da Semiperiferia é resultado da concorrência tecnológica como um processo de soma-zero e das dificuldades para incrementar a proporção de atividades centrais. Essas duas condições estão relacionadas: para executar mais atividades do tipo central, um Estado necessita de meios para atrair e desenvolver vínculos orgânicos com o capital. A baixa mobilidade dos países é uma tendência própria do sistema-mundo capitalista. Mas, o autor observa que a distância entre as recompensas do Centro e da Periferia é crescente entre as décadas de 1940 e 1980, com destaque para o período de desindustrialização do Centro (a partir de 1965).

Em outras palavras, houve pouca mobilidade entre os Estados que organicamente⁴ compõem cada esfera da economia-mundo, mas a assimetria entre as esferas cresceu. Em termos absolutos, a Semiperiferia melhorou seus indicadores concentração de renda, ficou “mais rica”. Em termos relativos, ela permaneceu estável, pois o crescimento da concentração de renda no Centro foi ainda maior. Isso também seria válido para Periferia, onde a remuneração das atividades tendeu a ser marginalmente mais alta do que se não fizesse parte da divisão mundial do trabalho. Mas, considerando os lócus de comando sobre os recursos econômicos mundiais, diria que ele fincou raízes ainda mais profundas no Centro.

Para Christopher Chase-Dunn (1988,1990a), *Semiperiferia* é um conceito mais analítico do que econômico. O autor argumenta que considerar isoladamente o nível de intensidade de capital empregado nas atividades produtivas não é suficiente para indicar o grau de desenvolvimento dos países. Tanto o Centro quanto a Periferia podem, por exemplo, aumentar seu nível de intensidade em capital, enquanto o gap entre eles aumenta, concordando com Arrighi (1997). A Semiperiferia, nesse contexto, seria um terreno fértil para mobilidade ascendente ao desafiar a lógica básica de produção da economia-mundo capitalista, uma vez que desafia o conjunto de relações de poder já existente. Uma de suas características essenciais seria a capacidade para transformar o capitalismo diante de movimentos alternativos e antissistêmicos, sendo também um importante instrumento de conversão de áreas do globo que ainda permanecem externas a economia-mundo capitalista.

A importância dessa zona intermediária é reconhecida desde a origem do moderno sistema-mundo:

"it was the semiperipheral position of certain regions within Europe in Central Civilization and the larges multicentric Eurasian prestige goods economy (...) which made it possible for capitalism to become a dominant regional mode of production for the first time" (CHASE-DUNN, 1990a, p.11).

⁴ Os Estados podem estar temporariamente em alguma zona devido a choques sistêmicos, mas ser membros orgânicos de outra zona (WALLERSTEIN, 1984).

Chase-Dunn (1988,1990a) também classifica dois tipos de Semiperiferia: a) áreas que apresentam um equilíbrio na distribuição de processos centrais e periféricos; e b) áreas nas quais há preponderância de produção com níveis intermediários em uso de capital (e, conseqüentemente, níveis intermediários em uso de força de trabalho). Esse segundo tipo se afasta da proposta apresentada pelos autores clássicos, Wallerstein (1984,2004) e Arrighi (1996), que não consideram processos produtivos em nível intermediário, entre central e periférico.

Chase-Dunn afirma que cada tipo de Semiperiferia tende a seguir determinado caminho em direção ao desenvolvimento. O primeiro tende a buscar alianças com o Centro, na tentativa de assumir o controle e atrair mais processos produtivos centrais. Ainda que consiga ascender, esse tipo de Semiperiferia não contesta a ordem mundial. Para o autor, o Brasil se enquadra nesse tipo de Semiperiferia, tendo como indicativo as fortes alianças dos governos brasileiros com os poderes centrais. Já o segundo procura melhorar e expandir suas próprias atividades, saindo do nível intermediário para o avançado em uso de capital. Esse segundo tipo é considerado de tendência ascendente, com maiores chances de desafiar a ordem hegemônica instaurada. A multiplicidade de políticas que podem ser adotadas pela Semiperiferia é considerada resultado da ausência de uma base estável para aliança de classes, o que tem impactos diretos na ordem social. Isso se deve, principalmente, ao mix de atividades dentro da Semiperiferia, que implica a presença de capitalistas com interesses bastante distintos e, conseqüentemente, a divisão de trabalho é bem perceptível na sociedade.

Para Volker Bornschier e Bruno Trezzini (1997), a ordem social é um fator de produção tão fundamental quanto trabalho, conhecimento, recursos organizacionais, créditos e meios financeiros, sendo responsabilidade do Estado mantê-la. Assim, os governos podem *vender* sua utilidade pública (de mantenedor da ordem social) às empresas capitalistas e afetar a posição de seu território no quadro da economia-mundo. Os autores também afirmam que há dois meios para manter a ordem social - força ou legitimidade - e, percebido empiricamente, o desenvolvimento histórico do Centro privilegiou a mudança de *força* para *legitimidade* como meio de organização social. Em termos empíricos, podemos ver como a instauração de regimes democráticos vem acompanhando a instauração de empresas multinacionais. A capacidade do Estado para impor a ordem é vista em função de sua habilidade para administrar recursos (obtidos a partir de impostos) e as pessoas que compõem a burocracia nacional, bem como da

aceitação das regras vinculadas aos serviços prestados (segurança, infraestrutura, nível de bem-estar humano). Diante de sua dupla função - administrar os "interesses nacionais" e garantir a acumulação de capital -, os Estados são responsáveis por produzir as pré-condições políticas para o sucesso econômico. Se o desempenho estatal não é satisfatório, não há como atrair ou preservar o status de Centro em uma economia-mundo capitalista.

Bornschier e Trezzini (1997) também tratam da difícil aliança entre classes, e entre as classes capitalistas e os Estados semiperiféricos, sobretudo naqueles de industrialização tardia e abundantes em recursos naturais, a exemplo do caso brasileiro. Entre as principais características da inserção desses países na economia-mundo, estão a exportação de bens brutos ou de baixo valor agregado e a ascensão de um setor industrial voltado ao mercado doméstico, criado por políticas de industrialização por substituição de importações. Então, os interesses dos exportadores de matérias primas e recursos naturais são bastante diferentes dos interesses da burguesia industrial nascente, que também difere dos interesses das indústrias transnacionais - mas todos tentam respaldar seus interesses através de políticas estatais.

Nesse sentido, as instituições e organizações teriam um papel importante para manter e expandir a dominação e exploração no sistema-mundo. Foi por meio da institucionalização do domínio e da exploração que o Centro conseguiu inserir áreas geograficamente distantes à economia-mundo capitalista. A Semiperiferia pode, então, apenas reproduzir as instituições que são predominantes no Centro e explorar a Periferia, mantendo o padrão vigente no sistema-mundo. No entanto, alerta Chase-Dunn (1990), principalmente quando a Semiperiferia busca seu desenvolvimento por modelos mais autônomos em relação ao Centro, ela pode ser um local fértil para implantar mudanças organizacionais, ideológicas e tecnológicas. Nas palavras do autor,

“semiperipheral polities are more likely to take the risk of investing resources in new techniques, ideas and organizational forms. They implement stuff, while older core polities get stuck in the old ways” (p. 8-9).

Em momentos de relativa instabilidade hegemônica, as Semiperiferias com tendência ascendente podem se aproveitar de seu potencial de transformação e mudar seu status, embora não alterem a estrutura hierárquica do sistema-mundo. Elas passam por um importante processo de transformação política que estabelece soberania econômica e militar dentro do Estado, processo fortemente apoiado por uma coalisão de

capitalistas que desejam e têm meios para expandir produção e comércio em nível internacional. Daí a Teoria do Desenvolvimento Semiperiférico, desenvolvida por Chase-Dunn (1988,1990a): algumas sociedades *in the middle* inovam e implementam novas tecnologias de poder que as levam a processos de expansão e transformação. Assim, todos os países centrais que se tornaram hegemônicos foram, em algum ponto da história, Semiperiferias (TERLOUW, 2003).

Mas, Chase-Dunn (1990a) também considera outro caminho que pode ser seguido pela Semiperiferia, quando esta resiste ao imperialismo por outros modos que não sua alteração de status na economia-mundo. Como a produção, o comércio e as transações financeiras estão relacionadas à ordem social. Quando acontecem transformações econômicas e sociais na zona intermediária, normalmente estas são acompanhadas por convulsões políticas. Quando a estratificação de classes é bastante notável dentro de uma Semiperiferia, há maior possibilidade de revoluções sociais que tendem ao socialismo e, portanto, que desafiam a lógica do capitalismo (a exemplo de Cuba e da União Soviética). Esse tipo de revolução social também aparece nas Periferias, mas é mais difícil que sobrevivam.

Kess Terlouw (2003) também concorda com a ampla diferença entre os Estados semiperiféricos, focando na localização e nos diferentes tipos de espaço social. O autor considera a Semiperiferia não como uma categoria descritiva, mas sim como um instrumento analítico para estudar mudança. Ela é considerada o estrato mais dinâmico do sistema-mundo e parte fundamental na renovação do ciclo sistêmico para o moderno sistema-mundo. Terlouw reafirma as consequências da estrutura interestatal para a dinâmica da Semiperiferia: "State rivalry was a crucial component of the semi-peripheral development of the current world-system against others" (TERLOUW, 2003, p.1). A *institucionalização da rivalidade* política, na forma de Estados soberanos, trouxe importantes consequências econômicas: "it gave the economy the necessary relative autonomy and flexibility to develop" (TERLOW, 2003, p.4).

Daniel Ruvalcaba (2013) trata do papel da Semiperiferia nas cadeias globais de mercadorias. Ruvalcaba lista algumas características amplas e genéricas para identificarmos uma Semiperiferia: grandes e dinâmicos mercados nacionais; níveis consideráveis de trocas comerciais e de extensões territoriais; grandes exércitos; condições para exercer liderança ou mesmo supremacia sobre os vizinhos, em nome dos interesses regionais. Outro aspecto importante seria o nível de consumo mediano nesses

mercados, em decorrência do PIB per capita mediano, favorecendo uma balança comercial relativamente equilibrada. Para o autor, o primeiro aspecto que deve ser notado é o fato de as exportações dessa camada do sistema-mundo serem bastante diversificadas - incluindo bens de natureza primária, secundária e terciária - ainda que não seja capaz de controlar os nós mais lucrativos dessas cadeias. Essa diversidade das exportações é refletida na multiplicidade de políticas econômicas adotadas simultaneamente por um Estado semiperiférico. Para se manterem na zona intermediária, esses Estados adotam políticas de auto-determinação. Para conservar os mercados já conquistados e evitar que sejam rebaixados à Periferia, adotam também políticas defensivas. Ruvacalba atenta para o fato de a Semiperiferia estar mais sujeita a oscilações e pressões competitivas do que qualquer outra zona do sistema-mundo, além do maior dinamismo já comentado por Terlouw (2003).

Hugo Radice (2009) trata a Semiperiferia como um conceito interpretativo. Concordando com os demais autores citados, Radice afirma que os Estados semiperiféricos abrigam uma quantidade suficiente de atividades centrais para gerar receitas e bloquear sua *periferialização*⁵, mas também suficientes atividades periféricas de baixa receita, afastando-os do Centro. Uma das estratégias semiperiféricas para, no mínimo, manter o seu status, seria a utilização de receitas para proteger as atividades centrais da competição global. Outra estratégia, considerada pelo autor como um tanto mais arriscada, seria aumentar a competitividade internacional das atividades centrais através da redução de custos. Isso seria mais arriscado uma vez que, ao existir maior competição, a tendência é que a atividade se torne periférica.

Segundo Arrighi e Drangel (1986), foi exatamente isso que aconteceu com a industrialização. Os processos industriais não foram capazes de mudar o status da Semiperiferia porque o próprio processo tendeu a *periferialização*, muito embora tenha aumentado a concentração de renda nesse estrato da economia-mundo. Com um grande número de Estados tentando capturar o que, em outro momento, foram atividades do Núcleo Orgânico, a competição criada acaba por tornar periférica essa atividade. Como já comentando, um processo produtivo em si não é propriamente central ou periférico, vai depender das alianças Estados-capital e da conjuntura do sistema-mundo naquele momento específico.

⁵ O autor usa o termo *peripheralisation* (p.5).

Tendo em mente que a conjuntura do sistema-mundo depende fortemente das políticas adotadas pelos Estados diante do equilíbrio de poder no sistema-mundo, Immanuel Wallerstein (1976, 2004) sugere que o advento das empresas multinacionais foi fundamental na manipulação das localidades das quais será extraído o lucro. Muito embora as empresas não tenham a capacidade política direta para legislar, elas são capazes de interferir na geração de renda do núcleo social: a família. O autor explica que, em Semiperiferias e Periferias, as pessoas estão dispostas a receber menores salários uma vez que há maior oferta de trabalho informal, em comparação ao Centro. A maior oferta de trabalho informal é consequência de o modo de produção capitalista ainda não se estender por todas as atividades econômicas naquela sociedade, permitindo que a renda familiar seja composta não apenas por salário, mas também por outros tipos de remuneração: pelo que a avó ganha ao vender artesanato, pela mãe que eventualmente realiza trabalhos domésticos para outras famílias, pelo filho que comercializa no trânsito (WALLERSTEIN, 2004, p. 30).

É importante lembrar que a força de trabalho é considerada uma commodity: os produtores compram força de trabalho, sendo seu preço variável de acordo com sua oferta e procura no mercado. Assim, segundo Karl Marx (1967 *apud* HOPKINS; WALLERSTEIN, 1982), os determinantes do salário-médio são o grau de civilização de cada país e as condições sob as quais a classe de trabalhadores foi formada. Esses determinantes, por sua vez, seriam consequências da própria acumulação e expansão do capital.

"If the ways in which labour was remunerated would have been the same everywhere, profit levels would have been everywhere the same and therefore low. But (...) their high levels of profit have been dependent on the much lower wage levels of those who produce the multiple inputs" (HOPKINS;WALLERSTEIN, 1996, p. 4-5).

Uma vez que menores salários para uns significa maior apropriação de capital por outros, as multinacionais transferem processos produtivos para sociedades semi-proletarizadas. Dentre os maiores beneficiados pela atuação das multinacionais, estão as burguesias locais. Considera-se que elas estão estruturalmente conectadas às

corporações situadas nos países do Centro, muito embora abarquem diferentes porcentagens do excedente. Na Semiperiferia, a burguesia tende a ser menor e mais fraca que no Centro e, historicamente, tende a se concentrar em setores específicos das atividades econômicas nacionais. Outro setor beneficiado seria o *profissional*, considerado por Wallerstein (2004) como sendo aquele que exige formação técnico-universitária tradicional. Nas Semiperiferias, por esse setor ser relativamente menor, frequentemente é mais bem remunerado do que seus equivalentes em países centrais. Tanto a burguesia quanto os profissionais qualificados representam as atividades centrais na Semiperiferia, e tendem a ver o Estado como seu instrumento de negociação com o resto da economia-mundo capitalista.

Assim, com o surgimento das empresas multinacionais, a indústria chegou a grande parte da Semiperiferia, e aquelas atividades que envolvem tomada de decisão estratégica, controle e administração, pesquisa e desenvolvimento – *brain activities* – permanecem no Centro. De acordo com a concentração dessas atividades, há consequências para distribuição dos Estados nas esferas do sistema-mundo: "The whole point of a multinational corporation is to be able to manipulate the locations in which it realizes its profit [...] it is capable of accommodating to fluctuations in the roles particular states play in the world-economy" (WALLERSTEIN, 1976, p. 468).

Considerando que não há um padrão pré-definido de modelo semiperiférico a ser seguido, nem todos os países da Semiperiferia vão ser atingidos do mesmo modo em momentos de crise, como já foi ressaltado. Ao contrário, diante do jogo de soma-zero que é a corrida capitalista, alguns Estados podem tirar vantagem dos momentos de instabilidade, pressionados pela burguesia e o setor profissional. Um dos modos pelos quais um Estado pode agir, para se beneficiar dos momentos de crise, é garantindo e protegendo o aumento do preço das commodities comercializadas pelo setor burguês mais forte, para depois transferir os novos lucros para importação das condições básicas de instalação de processos centrais. Assim, cada momento de intervenção estatal se transforma em benefícios de status dentro da estrutura do sistema-mundo, e a não-ação é vista como mantenedora do status quo. Muito embora se perceba que existem ganhos reais nos salários daqueles Estados semiperiféricos que se aproveitam dos momentos de crise, Wallerstein concorda com a ideia de *ilusão de desenvolvimento*, proposta por Giovanni Arrighi (1997), e afirma: "A semi-peripheral country rising to core status does so not merely at the expense of some or all core powers, but also at the expense of other

semi-peripheral powers. (...) This is not development, but successful expropriation of world surplus" (WALLERSTEIN, 1976, 466).

Uma vez que a Semiperiferia apresenta uma distribuição mais ou menos equilibrada entre atividades produtivas centrais e periféricas, ela também apresenta proporções relativamente equilibradas entre proletários e semi-proletários, considerando os meios de pagamento que geram a renda familiar. Ao ascender ao Centro, diminui consideravelmente a quantidade de semi-proletários em favor dos proletários, sendo percebido ganho real na remuneração do trabalho. No entanto, como afirmado por Wallerstein (1976) e Arrighi (1997), o ganho de uns significa a perda de outros: outros Estados são rebaixados a condições (Semi)Periféricas e seus trabalhadores estão mais sujeitos à informalidade, com perdas de remuneração. Não há desenvolvimento de fato, apenas uma troca de posições.

“In moments of world economic downturn, semi-peripheral countries can usually expand control of their home market at the expense of core producers, and expand their access to neighboring peripheral markets, against the expense of core producers”
(WALLERSTEIN, 1976, p. 464).

Considerando o moderno sistema-mundo, os ditos poderes emergentes estariam alterando a conjuntura hegemônica ao se aproximar e promover políticas que desafiam os Estados Unidos, bem como as instituições dos Centros europeus e asiáticos, mas apenas como um reflexo e reprodução da já existente estrutura hierárquica global (CHASE-DUNN, 2013). O período 1945-2025 é visto por Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein (1982) como sendo um período de crise/transição, em que houve intensa expansão econômica global seguida de grande depressão, corroborando com os Ciclos de Kondratieff⁶. Esse modelo analítico considera que, em intervalos de 45 a 60 anos, vemos a transição de momentos de prosperidade (fase A) por grandes depressões (fase B). No imediato pós-1945, as maiores economias industriais fora dos Estados Unidos (Europa e Japão) estavam destruídas pela guerra. A hegemonia estadunidense era incontestável nos campos militar, nuclear e na liderança para estabelecer uma nova estrutura para o sistema interestatal, trazendo o multilateralismo

⁶ Ver WALLERSTEIN (1982).

para o mercado capitalista mundial. Diante de sua supremacia na produção e comércio mundial, os EUA forçaram a abertura de barreiras para transferência de bens e capitais entre fronteiras nacionais, recriando os padrões de comércio triangulares (EUA-finanças; Europa e Japão - indústrias; colônias e ex-colônias - matéria-prima).

Para garantir a integração econômica multilateral, os Estados Unidos incentivaram a reorganização do sistema interestatal, institucionalizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir da descolonização do terceiro mundo. Para Giovanni Arrighi (1996), a descolonização - embora limitada segundo os próprios interesses estadunidenses - é um dos legados mais importantes desse ciclo hegemônico. A política externa de Portas Abertas e a Doutrina Nixon refletem a manutenção da estrutura Centro-Periferia da economia-mundo via multilateralismo e a dedicação de esforços para selecionar áreas semiperiféricas (a exemplo do Brasil) para que atuassem como poderes regionais sub-imperiais para os EUA.

Entre as décadas de 1970 e 1980, já era possível perceber a fragilidade econômica dos EUA, se comparado a 1945, com importantes consequências para o sistema interestatal. Durante esse período, houve expressivo aumento da militarização mundial, com destaque para as Semiperiferias que caminhavam para a autossuficiência (inclusive em relação às capacidades próprias de produção de armamentos e de instrumentos nucleares). O novo *momentum* econômico chegou à esfera política refletida na pressão do terceiro mundo para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, via Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês). Essa agitação institucional chega à Semiperiferia e à Periferia como movimentos sociais e de contestação política interna. Por isso, para Chase-Dunn (1990a), desafiar os Estados Unidos apenas militarmente hoje não é suficiente.

1.3. Cadeia de mercadorias e o setor agrícola brasileiro

Além de considerarmos o escopo temporal para definir e analisar um sistema-mundo, também devemos atentar para seu escopo espacial. Para defini-lo, observamos o eixo da DIT, que reflete a hierarquia entre os processos produtivos e a consequente distribuição desigual do produto do trabalho (rendas, propriedades, lucros etc.), e está materializado em complexas cadeias de mercadorias. Mas, porque os processos

produtivos precisam se espalhar, ao redor do globo? Como as cadeias de mercadoria são formadas e como se relacionam com a estratificação do sistema-mundo, ao longo do tempo? Sabemos que, pela perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo, a dinâmica Centro-Periferia é dada a partir de uma série de atividades econômicas interligadas, que perpassam as fronteiras estatais. Veremos agora como essa dinâmica se estrutura na forma de cadeias de mercadorias, com diferentes consequências para cada estrato que compõe a economia-mundo.

De início, devemos entender o que significa *estar em cadeia*: estar em sequência, formar um processo gradual. Ao tratarmos da produção de mercadorias, consideramos que há diversas etapas desde a decisão quanto *ao que e como* se vai produzir, passando pela gestão dos recursos financeiros necessários para exploração de matérias-primas e outros recursos primários, até a comercialização da mercadoria e a aplicação dos lucros obtidos nesses processos. Assim, considera-se que uma cadeia de mercadorias é composta por vários *nós*, por vários pontos estrategicamente pensados para a compor. E, dentro de uma economia-mundo capitalista, devemos sempre lembrar como cada um desses nós se relacionam ao processo de máxima acumulação de capital possível.

Na definição de Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein (1982), uma cadeia de mercadorias é um *network* de processos de produção e de trabalho cujo resultado final é uma mercadoria acabada. Para desenhar essa cadeia, pensamos na operação final e seguimos sequencialmente para trás, até que se chegue à matéria-prima básica. Fábio dos Santos et al. (2005, p.4): “as cadeias mercantis são constituídas por diferentes elos ou nódulos que se referem a uma rede de diferentes trabalhos, etapas produtivas e processos comerciais. Estão distribuídas no espaço de forma assimétrica, rompendo as fronteiras dos Estados nacionais”.

Então, o termo *cadeia de mercadorias* está diretamente relacionado aos critérios metodológicos de classificação em Centro, Semiperiferia e Periferia, e recebeu diversas revisões ao longo dos avanços teóricos na perspectiva dos Sistemas-Mundo. Inicialmente, observava-se os diferentes níveis de tecnologia aplicada na produção de determinada mercadoria para então definir a hierarquia entre seus nós. Wallerstein (1979, *apud* LIMA, 2007) considera a divisão mundial do trabalho e o intercâmbio desigual para afirmar que a disposição dos nós em cadeias é consequência de diferentes níveis de tecnologia entre os países. O grau tecnológico que definiria os padrões e a

margem de lucro de cada processo. Assim, quanto mais tecnologia e menos mão-de-obra empregada, maiores os lucros obtidos e mais próximo ao topo da cadeia estaria aquela etapa da produção. Geopoliticamente, a tendência é de encontrarmos essa atividade no Centro (ou na Semiperiferia, em casos específicos). A ordem inversa é válida para entender as atividades produtivas presentes na Periferia.

Terence Hopkins e Immanuel Wallerstein (1982) reavaliam o termo *cadeia de mercadorias* ao criticarem o desenvolvimentismo na América Latina e discutirem o conceito *Semiperiferia*. Em uma tentativa de traçar a inserção de novas áreas no mundo emergente, os autores observam a expansão de processos industriais para países latinos e cadeias de produção de certas commodities, atentando para os retornos desiguais entre seus nós. Percebem, então, que um processo produtivo nem sempre é um jogo de soma-zero, em que o aumento da centralidade de um significa o aprofundamento do caráter periférico de outro. Wallerstein (1985 *apud* LIMA, 2007) considera que quatro aspectos deveriam ser observados para estabelecer a classificação: nível de mecanização; de salários; de lucros; e nível estratégico da produção. Muitas atividades industriais que saíram do Centro, a partir da década de 1960, já eram consideradas periféricas.

Joseph Schumpeter (1954, *apud* ARRIGHI; DRANGEL, 1986) trata da Teoria da Alternância de Longas Fases (A e B), baseada *processo de destruição criativa*, o qual considera ser a essência do capitalismo. O autor afirma que, em uma economia capitalista, é o próprio ser humano que designa o impulso fundamental para gerar ou manter as pressões competitivas. Isso acontece por meio da reestruturação das cadeias de mercadoria diante dos processos de inovação (tecnológica/organizacional). As inovações seriam capazes de reestruturar as cadeias de mercadorias a partir de dentro, introduzindo novos métodos de produção e transporte, novas rotas comerciais, novos mercados etc. Essa teoria em muito se assemelha ao que propõe os Ciclos de Kondratieff e chama atenção para o fato de as revoluções produtivas ocorrerem em movimentos descontínuos e em áreas geográficas descontínuas. Schumpeter observa que, onde e enquanto as revoluções produtivas ocorrem, há prosperidade. Mas, quando as revoluções produtivas se expandem, temos um indicativo de que essa estrutura já se tornou obsoleta e os Centros expansões estão pressionados a inovar.

Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986) reconsideram a própria metodologia de análise das cadeias de mercadorias. Segundo os autores, para devemos considerar a

noção de *comando econômico relativo*⁷. Mais do que o grau tecnológico necessário para realização de determinada atividade produtiva, seria importante considerar a capacidade de um Estado para extrair ou comandar os recursos aplicados na economia mundial, em função das trocas desiguais. Assim sendo, atividades do setor primário podem ser tão ou mais lucrativas quanto as demais. Por uma perspectiva histórica e de longa-duração, essa capacidade de comando estaria relacionada à concentração de renda per capita, observada de forma decrescente no Centro, Semiperiferia e Periferia. Como já comentando, os autores encontram relativa estabilidade no grupo de Estados que compõem cada estrato da economia-mundo, corroborando com a ideia de que os Centros econômicos da atualidade mantêm relação com o processo de acumulação primitiva do capital, com o fim do feudalismo.

Volker Bornschier e Bruno Trezzini (1997), a partir da análise de indicadores econômicos, também trataram da estratificação social e da mobilidade no sistema-mundo, e perceberam a tendência de crescente polarização entre os países. Após algumas ressalvas metodológicas, os autores revisitam estudos de diversos autores (a exemplo de Arrighi e Drangel (1986); Smith e White (1992); Ebert e Trezzini (1992)) sobre a relação entre a posição e importância internacional dos países a partir da renda per capita; do valor agregado de suas exportações e importações; e do volume de exportação de commodities do tipo HS-2⁸. A conclusão é: quanto menor a renda per capita, maior será a exportação de bens de baixo valor agregado, a exemplo das commodities HS-2. Uma alta renda per capita representaria, nesse sentido, a dominação de atividades centrais no mix de atividades econômicas desempenhadas por um país. Observando múltiplos networks internacionais (exportações totais, relações diplomáticas, intervenções militares...), os países também são separados em três blocos de influência, que os autores interpretam como consequências da divisão trimodal no setor produtivo-econômico sobre a vida político-social (SNYDER; KICK, 1997).

Bornschier e Trezzini (1997) também discorrem sobre as diferentes trajetórias de desenvolvimento seguidas pela Semiperiferia, em concordância à Teoria do Desenvolvimento Semiperiférico, proposta por Christopher Chase-Dunn (1988; 1990a). Analisando as diferenças entre países do Leste Asiático (Taiwan e Coreia do Sul) e países latinos (Brasil e México), encontra-se que as estruturas sociais internas podem

⁷ Os autores usam a expressão *relative economic command*. Tradução minha.

⁸ HS faz referência ao sistema de classificação *Harmonized Commodity Description*. O grupo HS-2 engloba produtos com baixo valor agregado, não beneficiados.

explicar as diferentes performances econômicas entre representantes da Semiperiferia (uma dessas diferenças seria a concentração de propriedade sobre a terra agrícola, maior nos países latinos), e que evoluções em direção à democracia e proteção social são consequências da necessidade de expansão do capitalismo, mas não necessariamente indicam desenvolvimento. O argumento para essa afirmação no fato de, em todos os estudos analisados pelos autores, a Periferia se encontrar cada vez mais fraca e dependente.

Matthew Mahutga (2014, *apud* BAIR, 2014) realizou um estudo em que usa dados comerciais para inferir sobre o poder relativo dos países dentro das cadeias de mercadorias e a sua participação no network de produção global. Corroborando com o ponto de vista de Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986), também considera que o PIB per capita, por si só, seria uma medida de posição adequada para analisar o sistema-mundo, se não houvesse tantos gargalos empíricos na distribuição entre o Centro e a Periferia e entre a Semiperiferia e o Centro. Mahutga encontrou que as cadeias de mercadorias aumentam a polarização dentro do sistema-mundo, muito em resultado das diferentes remunerações ao trabalho. Além do mais, ao expandir suas atividades para países de baixo custo de produção, os detentores de capital têm poder de barganha para estimular a competição entre os fornecedores de matéria-prima e mão de obra barata.

É importante considerar que, em uma economia-mundo capitalista, as relações interestatais tangenciam as cadeias de mercadorias e afetam fundamentalmente a lucratividade de qualquer atividade de produção no domínio do Estado (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1982). Os atores econômicos não aceitam como um simples dado a competição criada pelas forças de mercado e utilizam artifícios políticos para aliviar essa pressão. Ao fazê-lo, a competição pode ser transferida para outros lugares e os nós das cadeias de mercadorias se tornam geograficamente polarizados. As atividades que são protegidas por barreiras mais altas comandam relativamente mais retornos. No sentido inverso, aquelas atividades que são globalmente mais dispersas sofrem níveis de competição mais alto e são piores remuneradas (ARRIGHI; DRANGEL, 1986).

Logo após a II Guerra Mundial, observou-se o regime de acumulação mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos, caracterizado pela expansão do capitalismo via investimentos estrangeiros diretos (IED) e outro modelo de empresa capitalista, agora verticalmente integrada (SANTOS ET AL., 2005). Sobre a expansão do capital em forma de investimento, Chase-Dunn (1990a, p.17) explica: “capitalists respond to

differentials in profit rates and so increasing costs of operating in the home economy produce the incentive to invest elsewhere, and thus the phenomenon of the export of capital or ‘capital flight’ ”. Essa expansão foi caracterizada pela transferência de parques industriais já considerados obsoletos, pelas economias centrais, reorganizando a divisão internacional do trabalho. Segundo Rui Mauro Marini (1977 *apud* RONCONI, 2011), seis países se encontravam em posição de receber esses investimentos. Dentre eles, três latinos: Argentina, Brasil e México. O autor considera que, nesse *momentum*, os Estados Unidos precisavam de estratégias anti-inflacionárias para despressurizar o forte crescimento econômico pelo qual passaram, como resultado da II Guerra Mundial. Então, eles ampliaram suas fronteiras econômicas e sua rede de proteção, e o Brasil foi um dos aliados na concretização desse objetivo.

A consolidação do status sub-imperial do Brasil, relacionado à expansão econômica e geopolítica do capital, necessitou projetos nacionais de cunho modernizador, beneficiando o setor industrial. Os setores mais apoiados pelo Estado foram: aeronáutico, nuclear, bélico, de telecomunicações e de informática, e é notável o aumento da participação dos produtos intensivos em tecnologia, no total de exportações brasileiras. Em 1991, essa participação correspondia a 17% das exportações, com sucessivos saltos: 24% (1998) e 26% (2001). No entanto, esses números ainda estão abaixo da média mundial (BECKER; EDGER, 2003 *apud* LIMA, 2007).

Apesar de a agricultura contar com baixo grau de incorporação tecnológica e ser diagnosticada como atrasada, os investimentos no setor industrial brasileiro entre as décadas de 1950 e 1960 foram fundamentais para consolidar o processo de modernização agrícola, nas duas décadas posteriores. Ao final da década de 1960 e início da década de 1970, visando o setor externo, foi percebida a necessidade de incorporar outra demanda à agricultura, agora de cunho estratégico, além de seu papel-base de produção de alimentos. Era preciso aprofundar as relações técnicas da agricultura com a indústria, em duas faces: 1) alterar a base técnica dos meios de produção em favor do uso de máquinas industriais (tratadores, colhedeiros, equipamentos de irrigação etc.) e fertilizantes, corretivos do solo, sementes melhoradas etc.; e 2) integrar a produção de matérias-primas a alguns ramos industriais (alimentar; de fumo e têxtil; de oleaginosas, de cana-de-açúcar e álcool, de papel e papelão etc.) (DELGADO, 2005). Nessa fase de industrialização do processo agrícola, houve dispersão geográfica interna das atividades: as regiões Sul e Sudeste foram as principais

receptoras de indústrias de beneficiamento, enquanto as zonas de plantio se expandiram principalmente para o Centro-Oeste.

Na década de 1980, o capital multinacional alcança outros elos produtivos e passa a atuar também na área financeira, que permite a apropriação de excedentes de forma mais acelerada. Nessa década, foram criados grandes bancos de crédito por empresas como John Deere e New Holland, para financiar os insumos que elas próprias produziam no país e acabam substituindo instrumentos de financiamento público, a exemplo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Podemos destacar, então, três momentos da agricultura brasileira: modernização; consolidação dos grupos econômicos e verticalização das atividades; expansão financeira dos grupos econômicos no campo. Essa evolução está de acordo com as fases de expansão material e financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação⁹ (SANTOS ET AL., 2005).

Segundo a perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo, podemos justificar o salto do Brasil para a Semiperiferia, com aumento gradativo do uso de tecnologia, a partir da análise da participação relativa do setor agrícola no PIB nacional, como mostra o Gráfico 1, em Anexos. Observando os dados expostos no gráfico, percebemos que o setor agrícola se torna menos expressivo para o fechamento do PIB, em termos relativos. Isso significa que, muito embora haja maior produção e comercialização agrícola, o crescimento dos setores de manufaturados e semimanufaturados foi ainda maior. Ao integrar a economia industrial e urbana à agrária e rural, o Brasil alterou o caráter da sua trajetória no desenvolvimento da agricultura capitalista.

Até então, o setor agrícola brasileiro girava em torno do plantio e da colheita de safras, e as medidas políticas estavam voltadas apenas para garantir respostas às demandas externas e o lucro das classes envolvidas na produção de commodities. Entre as décadas de 1970-1980, já se fala em *estratégia do agronegócio*, que foca em medidas para atrair e formar complexos agroindustriais no país. Com mediação financeira feita também pelo setor público, o Brasil gradualmente adotou pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹⁰, que já tinham sido adotados pelos Estados Unidos e por países da Europa Ocidental desde o final do século XIX. Sinônimos de modernidade, percebe-se a concentração desses investimentos tecnológicos nas regiões Sul, Sudeste e parte da Centro-Oeste, reforçando as desigualdades internas (DELGADO, 2005).

⁹ Ver ARRIGHI (1996).

¹⁰ Projetos que priorizavam o aumento da produtividade a partir do uso intensivo de químicos, sementes geneticamente modificadas, irrigação e mecanização (DELGADO, 2012).

Bertha Becker e Cláudio Egler (2003, *apud* LIMA, 2007) consideram que o Brasil ascendeu à condição de Semiperiferia na década de 1970, a partir da expansão do capitalismo do Centro e adoção de projetos nacionais modernizadores. Apesar de concordar com os autores, Fábio Santos, Gustavo Namizaki e João de Souza (2005) chamam atenção para o fato de que, mais uma vez, o Brasil ter sido inserido no processo de expansão capitalista. Ainda que tenha adotado política em prol da modernização, o desenvolvimento e ascensão só aconteceram diante da necessidade estadunidense de desafogar o capital concentrado em suas fronteiras, diante dos perigos inflacionários. Assim, o Brasil só estava mais bem preparado (em relação a outros países semiperiféricos) para receber esses investimentos, de forma a internalizar e reproduzir modelos, cujo comando permaneceu no Centro. No próximo capítulo, entenderemos melhor como a industrialização do setor agrícola brasileiro se relaciona à expansão do capital via IED, e quais as consequências dessa relação para o estágio atual de expansão do capitalismo via investimentos brasileiros na Periferia.

CAPÍTULO 2

Expansão do capital agrícola

2.1. Agricultura no moderno sistema-mundo

Segundo Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1977), é no meio rural que aparecem as primeiras relações de produção capitalista. Apesar de já existir agricultura mercantil no mundo árabe e no Império Romano, ela só é expandida pela Europa entre os séculos XV e XIX, com o rompimento das relações feudais e a ascensão do mercantilismo nesse continente. Essa primeira etapa é caracterizada, pelos autores, como sendo de acumulação primitiva e seria um importante passo em direção da formação de uma burguesia agrária. Essa burguesia acumula capital a partir do monopólio do comércio e da exploração do trabalho (escravo) e de outras classes que, por não terem posse de terras, são aos poucos proletarizadas.

No século XIX, os primeiros avanços mecânicos aparecem também na agricultura. Os autores afirmam que as primeiras máquinas foram inventadas por artesãos, para melhorar processos agrários e de tear. Apesar da importância da sociedade campesina nesse processo, Amin e Vergopoulos argumentam que a Revolução Industrial foi possível devido a uma aliança entre a burguesia e os proprietários fundiários. Foram basicamente dois os motivos. O primeiro seria o já comentado fato de o início da acumulação primitiva de capital ter se dado no meio rural, desde o século XV. O segundo seria a expulsão em massa de camponeses antes estabelecidos em terras feudais, devido ao processo de comercialização das terras. Esses camponeses se transformariam em proletariado nas cidades. Ainda que alguns camponeses tivessem posse das terras, não eram mais agricultores livres: tornam-se uma espécie de trabalhador a domicílio.

É no século XX que a agricultura se subordina completamente ao capital e atinge várias localidades do mundo a partir das práticas imperialistas. Isso se dá não só porque o capital passa a intervir diretamente no processo produtivo agrícola com novas máquinas e novas técnicas de plantio, como também pela imposição de padrões para os produtos e pelo estabelecimento de redes verticais de comercialização. O imperialismo, assim, teve um papel importante na expansão e integração do sistema capitalista

mundial.

Considerando a abordagem dos Sistemas-Mundo, é a natureza do sistema – tido como uma unidade – que determina a natureza das partes que o compõem. Assim, essas áreas agora integrantes do sistema mundial não poderiam ter outra classificação que não de Periferia: os Centros já haviam sido estabelecidos nos séculos passados e eram eles mesmos quem provocavam a expansão do capitalismo. A marginalidade não seria um fenômeno próprio em si mesmo, mas um efeito da lei de acumulação do capital. Essas áreas agregadas tardiamente ao sistema capitalista mundial não puderam seguir a mesma trajetória dos países europeus, considerados o berço do capitalismo. Elas entraram no sistema capitalista quando este já estava em sua terceira fase da revolução agrícola e sua expansão era uma necessidade. Nas palavras de Amin e Vergopoulos (1977), as áreas periféricas não conheceram *evoluções*, apenas *agressões*. Nesses espaços, a agricultura de subsistência é brutalmente transformada em uma agricultura de grandes latifúndios exportadores. Daí surge um paradoxo: a Periferia, que é predominantemente composta por agricultores, acaba tendo que importar produtos alimentícios. Amin e Vergopoulos sintetizam (1977, p.47), “a racionalidade imanente à agricultura contemporânea é posta de lado em benefício de uma racionalidade global do sistema”.

Essa mesma linha de raciocínio é encontrada em *O Capital* (1996), obra na qual Karl Marx parte de uma hipótese metodológica de dominação completa do capitalismo sobre a agricultura. Segundo Marx, a agricultura (exatamente como a manufatura) estaria submetida ao modo de produção capitalista e, portanto, à livre concorrência de capitais. A principal responsável por essa submissão seria uma criação da própria modernidade capitalista: a propriedade fundiária, resultado da expropriação das terras camponesas. Como já comentado, a apropriação das terras camponesas permitiu a acumulação primitiva do capital e lançou às cidades massas de trabalhadores dispostos a receber baixos salários, condição fundamental para o desenvolvimento da indústria e de uma nova fase do capitalismo.

Muito embora Marx considere que o capital opera de forma indiferenciada na indústria e na agricultura, é preciso atentar para o fato de que, comparado a outros fatores de produção, o solo é um bem raro. Daí viria, então, a renda no setor fundiário: da limitação do solo em meio a um sistema capitalista em que a maioria dos fatores de produção e dos bens econômicos é reproduzível. Por isso, para Amim e Vergopoulos

(1997), o estudo da agricultura deve começar pelo estudo do solo. Mas não o solo físico: o solo-mercadoria. Para Karl Marx (1996, p.165), “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. Para David Harvey (1998, *apud* PEREIRA, 2012), o solo é uma mercadoria imóvel que tem privilégio de monopólio a partir de sua localização e que pode gerar riquezas a partir das benfeitorias que receba.

O Estado é um importante agente de valorização do solo-mercadoria, a partir de investimentos públicos diretos e indiretos (infraestrutura em transporte, serviços, incentivo à mobilidade). Mais do que isso, o Estado é o instrumento capaz de outorgar a formalidade institucional da propriedade e os meios de violência empregados para protegê-la, o que a tornam um bem de exclusividade dos proprietários (PEREIRA, 2012). Portanto, analisar o solo como mercadoria não pode prescindir do exame da atuação estatal, como é possível perceber nos casos de Brasil e Moçambique, comentados nesse estudo.

Para Milton Santos (2008), dentro do capitalismo, o valor do espaço-mercadoria está relacionado a sua função produtiva ou especulativa. No capitalismo, todas as coisas estariam homogeneamente colocadas sob a forma de mercadoria, e o culto ao consumo aprofunda as diferenças entre aqueles que podem e os que não podem consumir. Assim, ao responder à dinâmica do mercado imobiliário, a terra muda de valor com o passar do tempo, podendo passar por um processo de sobrevalorização, tanto em relação ao seu valor de uso quanto ao valor de troca. A aquisição de terras é, por exemplo, uma forma de minimizar os efeitos negativos do processo (agro) inflacionário¹¹.

Marlene Pereira (2012) afirma que, no Brasil, o valor de troca da terra é superior ao seu valor de uso. Em outras palavras, é mais lucrativo para o capital especular no mercado imobiliário, comprando e vendendo terras, do que investir na produção agrícola. A autora aponta como causa um fator histórico: a tradicional atuação do aparelho estatal brasileiro em favor dos interesses privados, pautada no discurso de crescimento nacional. Além da dificuldade de acesso à terra diante do alto custo, a produção agrícola pelas classes menos favorecidas também é dificultada pelo custo de

¹¹ “Tendo em vista o fato de que, num processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre um desestímulo à aplicação de recursos no mercado de capitais financeiro. [...]. Por outro lado, a inflação estimula a aplicação de recursos em bens de raiz, como terras e imóveis, que costumam valorizar-se.” (LUQUE; VASCONCELLOS, 2005, p.317).

acesso às melhorias tecnológico-científicas que se colocam a serviço da maior produtividade. Uma vez que o solo é um bem raro, de disponibilidade limitada, a inovação tecnológica permite um aumento relativo de sua disponibilidade ao aumentar a produtividade das áreas já cultivadas e converter terras de mais baixa qualidade em terras agricultáveis de alta produtividade.

Em relação ao caso agrícola brasileiro, a inserção produtiva (não apenas extrativista) no moderno sistema-mundo se deu no século XVI, com a *plantation* da cana de açúcar, e ilustra bem o tipo de relação econômica do Brasil com os Centros capitalistas de então: exploração do trabalho e da terra em grandes latifúndios, para produção de monoculturas de interesse mercado externo. Após sucessivos ciclos de *plantations*, foi apenas entre 1965 e 1985 que a agricultura brasileira passou por um processo de *modernização conservadora*¹², diante da necessidade de elevar e diversificar as exportações primárias e agroindustriais. Na Europa Ocidental e nos EUA, esse processo aconteceu entre o final do século XVIII e início do século XIX, como resposta a demandas internas.

Guilherme Delgado (2012) concorda quanto à entrada tardia do Brasil na modernização da agricultura. Uma vez que responderam aos interesses do capital, as políticas de modernização conservadora favoreceram o sistema latifundiário, intensificando a produção de monoculturas em grandes propriedades, em detrimento da competitividade natural da agricultura familiar. É importante ressaltar o papel do Estado nesse processo, tanto na adoção dos chamados pacotes da Revolução Verde quanto na formulação de políticas específicas para promoção do agronegócio. Em outras palavras, foi o Estado o responsável pela integração técnica da agricultura e da indústria, entre as décadas de 1960 e 1980. Afirma Geraldo Muller (1981, *apud* Delgado, p.38), “o Estado planejou a agricultura para o lucro, no interior do qual opera uma certa taxa média que distribui os capitais privados e, por força, as diversas formas de riqueza produtiva”.

Ao ter a faculdade de conceber benefícios fiscais e financeiros tanto para o capital operante no setor rural quanto em áreas correlatas, e considerando a necessidade de aliança com o capital, o Estado brasileiro estabeleceu um sistema de crédito que não incluía o pequeno agricultor ou o camponês. Corroborando com as tendências

¹² Termo cunhado por Moore Junior (1975), para tratar de revoluções burguesas “vindas de cima”. No Brasil, o conceito foi introduzido por Alberto Passos Guimarães (1977) ao considerar o processo de introdução de tecnologia na produção agrícola pela classe dominante, com apoio do Estado (PIRES; RAMOS, 2009).

capitalistas, houve no Brasil um aprofundamento das diferenças sociais, que se mantém até hoje. Em 2013, por exemplo, o agronegócio recebeu financiamento e crédito estatais que giraram em torno de R\$ 65 bilhões. Enquanto isso, o orçamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi de R\$ 13 bilhões, e apenas 4% dos recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foram destinados à agricultura campestre (CLEMENTS; FERNANDES, 2012, p.21).

É importante ressaltar que, segundo dados oficiais, 70% dos alimentos produzidos no Brasil têm origem na agricultura familiar, segmento que ocupa 30% das terras agrícolas (BRASIL, 2009, *apud* CLEMENTS; FERNANDES, 2012, p.18). Apesar de não ter sido divulgada a metodologia utilizada para se chegar a essa porcentagem, é inegável a contribuição da agricultura familiar na economia brasileira (HOFFMANN, 2014). Ainda que não seja expressiva economicamente a comercialização dos produtos agrícolas de base familiar - 33,2% do total agrícola (BRASIL, 2009, *apud* HOFFMANN, 2014) -, a agricultura familiar é capaz de gerar emprego, melhorar a distribuição de renda, conter o êxodo rural e contribuir de forma direta para o desenvolvimento local (COSTA ET AL., 2008) . Além disso, há ganhos significativos no que tange à segurança alimentar. Muito da produção agrícola familiar é consumido pelo próprio núcleo produtor, o que garante a subsistência das famílias e a movimentação econômica em outros setores. Esse impacto foi, inclusive, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês) como uma das principais causas para que o Brasil saísse do mapa da fome no começo dessa década (CLEMENTS; FERNANDES, 2012).

Antônio Buainain, Ademar Romeiro e Carlos Guanzirolli (2003) fazem uma breve comparação entre o processo de transformação agrícola vivido por economias centrais e pela experiência brasileira, entre as décadas de 1970 e 1980. Os autores afirmam que é possível enxergar algumas similaridades. Sustentava-se, para ambos os casos, que o processo de mecanização agrícola e implementação de novas sementes e insumos químicos seria suficiente e satisfatório para formação de complexos agroindustriais que integrassem capitais comerciais, industriais e financeiros. A modernização seria a chave para ser competitivo e se destacar no mercado agrícola, sendo desnecessária a reforma agrária e o apoio ao pequeno produtor. No entanto, ressaltam, os projetos de política pública brasileiro “esqueceram” de considerar as especificidades locais, de observar o que diferenciava a conjuntura do Brasil em relação

aos países desenvolvidos. Apesar de ser similar a porcentagem da população economicamente ativa no meio rural no Brasil, nos Estados Unidos e em vários países europeus, esses países viveram históricos de desenvolvimento rural bastante diferentes. A título de comparação, considerando o período 1970–1980, os autores afirmam que cerca de 65% da população brasileira obtinha sua renda apenas e diretamente do meio rural, contra 10% nos Estados Unidos.

Por isso, para Javier Peinado (2010), ao considerarmos os processos produtivos pela perspectiva do sistema-mundo, devemos nos perguntar *como* se produz, mais do que *o que* se produz. Para ele, o produto em si pouco importa para definir o grau de rentabilidade de sua produção e comércio: é preciso atentar para a origem da demanda e para os artifícios utilizados para manter a oferta a preços razoáveis para o Centro consumidor. Inspirado por Samir Amin, Peinado considera que as economias periféricas têm a capacidade de produzir determinadas mercadorias segundo as necessidades dos mercados externos, mas que não se articula com a capacidade de consumo interno. Já as economias centrais, além de conseguirem reter os benefícios do progresso técnico, podem determinar suas relações produtivas e comerciais a partir das necessidades do seu mercado interno. Assim, “las economías auto centradas pueden ser perfectamente primario-exportadoras (...) porque la definición de Centro/Periferia ya no descansa en qué se produce, sino en cómo se produce” (p.6). Não é de se estranhar, deste modo, que Estados Unidos, Canadá, Austrália e União Europeia sejam gigantes exportadores de commodities agrícolas.

Até 2014, os Estados Unidos eram os maiores exportadores de soja, milho, algodão e laranja. Na safra 2013/2014 de soja, os EUA produziram mais de 89 milhões de toneladas do grão. Nessa mesma safra, o Brasil foi o segundo maior produtor mundial de soja, produzindo 85,6 milhões de toneladas. Mas, a termos de comparação, em 2013, o setor primário contribuiu com 23% para o PIB brasileiro, enquanto o mesmo setor contribuiu com apenas 1,1% para o PIB estadunidense. Respectivamente, os números foram de 26,8% e 19,5% para a indústria, e 67,4% e 79,4% para os serviços (CEPEA; sem data; BRASIL, 2015). Nos países que compõem o Cotton-4 (Benin, Burkina-Faso, Chade, Mali), pequenos Estados da África Ocidental que reclamam o fim do protecionismo estadunidense sobre a produção de algodão, a exportação desta commodity chega a representar mais de 80% do PIB de cada país (AFRICAINFOMARKET, sem data).

Considerando a agricultura como um processo periférico, esses números são indicativos dos status dos países citados no sistema-mundo moderno. Estados Unidos, Brasil e os países do Cotton-4 são importantes exportadores de algodão. Mas, como observado por Peinado (2010), nossa análise não deve focar em *o que* se produz, mas *como* se produz. Apesar de ser um grande exportador de gêneros agrícolas, o setor primário representa uma parcela muito pequena na composição do PIB estadunidense, pois a concentração produtiva nesse país favorece os processos centrais. E, mesmo essa pequena parcela de produção periférica, recebe o apoio estatal para manutenção do monopólio da produção, via subsídios, por exemplo. O Brasil, que também adota medidas protecionistas e incentivos para produção agrícola, apresenta um mix de atividades produtivas mais diversificado, e ainda depende mais da exportação agrícola do que de produtos com alto valor agregado para manter saldo positivo na balança comercial. No entanto, essa dependência é bem menor do que a observada nos países do Cotton-4. A exportação desses países é basicamente concentrada em produtos agrícolas, além da mais baixa capacidade para atuar em favor do monopólio e serem ouvidos em suas reivindicações em fóruns mundiais.

Nesse ponto, podemos destacar a análise feita por Daniel Ruvalcaba (2013) em relação ao caráter semiperiférico do Brasil, no moderno sistema-mundo. Para o autor, são claras as contradições brasileiras. De um lado, temos a já comentada condição histórica de Periferia, associada aos grandes Centros econômicos e políticos da Europa e, posteriormente, aos Estados Unidos. O Brasil está entre os países mais desiguais do mundo, com altos níveis de corrupção e desflorestamento, racismo e outras violências. Além disso, enfrenta grandes desafios socioeconômicos e níveis intermitentes de desenvolvimento, caracterizado por crescimento descontínuo do PIB e de suas trocas comerciais com o resto do mundo. No entanto, o Brasil é o país latino-americano que sofreu processos de industrialização mais profundos e capazes de desenvolver seu próprio setor de maquinaria. Os avanços políticos institucionalizados pela Constituição Democrática de 1988, pregando valores igualitários, seria outra característica de Centro, reforçada pela relativa capacidade de internacionalizar esse projeto. Sobretudo na última década, o país teria incrementado seu poder de barganha e de porta-voz regional, com consequências positivas para o reconhecimento de status internacional e para balança de poder na América Latina (RUVALCABA, 2013).

Desde meados do século XX, o Brasil expõe essa contradição também no mercado fundiário. De um lado, a crescente procura por terras a serem exploradas para a agricultura de exportação, ocasionando deslocamento de populações camponesas e de pequenos agricultores, bem como agressões ao meio ambiente, como o desmatamento desgovernado. De outro lado, a associação entre Estado, capitalistas e latifundiários tem resultado no desenvolvimento de um agronegócio altamente eficiente e com tecnologia de ponta, ao menos em termos mercadológicos, de modo que o agronegócio brasileiro compete em pé de igualdade e até supera, em muitas commodities, os tradicionais produtores do Norte mundial. Assim, se as terras brasileiras foram (e ainda são) historicamente demandadas pelos capitais estrangeiros, há algumas décadas os capitais brasileiros têm buscado terras no exterior para expandir suas operações. Isso reflete, ao meu ver, uma condição de Semiperiferia, conforme exposto no capítulo anterior. Para compreender melhor essa questão, vejamos brevemente como se deu a busca estrangeira por terras brasileiras no século XX, visando uma das commodities mais importantes para o atual sistema agroalimentar mundial: a soja.

2.2. IED na agroindústria brasileira: o caso da soja

A demanda por terras no Brasil é uma questão histórica: a posse e exploração desse recurso traçaram os rumos da colonização do país, e os interesses produtivos visando à exportação foram decisivos na formação de sociedades e organização de territórios; o que aqui se plantava - e era consumido por outros mercados - foi a base para formulação de políticas públicas desde os tempos coloniais (SAUER; LEITE, 2012). O Brasil e demais países da América Latina foram inseridos na dinâmica capitalista mundial, em grande medida, de acordo com suas capacidades de oferecer aos Centros meios de acumular cada vez mais capital. Nas palavras de Pinto Ferreira (*apud* BRASIL, 2010, sem p.), importante jurista brasileiro:

“Na história da sociologia rural brasileira tem havido uma constante compra de terras por estrangeiros, o que deve ser evitado, pois tal ocupação de terras é um processo básico de infraestrutura que leva à desnacionalização, [...]. As Leis Magnas do Brasil, como a Constituição de 1946 (art. 136, § 2º), a

de 1967 e a de 1969, já tinham normas constitucionais com restrição da venda de terras a estrangeiros”.

A América Latina foi incorporada ao Sistema-Mundo em condição de dependência econômica, política e cultural. A organização social privilegiou a concentração excessiva de riqueza, poder e prestígio social, deixando os interesses do povo às margens dos chamados “interesses supremos da Nação”. O início da concentração fundiária também se deu nos tempos coloniais, uma vez que a posse de terras era privilégio de militares e portugueses abastados, capazes de explorar terras e demais recursos naturais. De modo geral, após a independência, as ex-metrópoles (Centros da economia-mundo) não estavam interessadas em desenvolver a capacidade produtiva das ex-colônias, e passaram a apenas explorar os ganhos comerciais. Sem os recursos necessários para desenvolver essa capacidade de forma autônoma, restou aos países latinos um papel econômico secundário e dependente, baseado no esquema importação – exportação (FERNANDES, 1973).

Ainda que, em determinados períodos, houvesse condição econômica para arriscar novos tipos de inserção, a abordagem da Teoria dos Sistemas-Mundo nos lembra que o jogo econômico não acontece no vazio político. Nas palavras de Florestan Fernandes (1973, pp.19): “os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas”. Então, não podemos nos prender somente à riqueza natural da região para explicar a continuidade do interesse estrangeiro pela aquisição de terras, mesmo após o fim do antigo sistema colonial. Esse tipo de inserção na economia-mundo condicionara efeitos estruturais sobre a América Latina, de tendência à reprodução contínua da exploração, que depende de mudanças conjunturais e vontade política para ser alterado.

Guiados pela liberalização comercial e abertura do mercado global, a partir do final da década de 1970, em especial os países da América do Sul passaram a se especializar na exportação de alimentos e matéria-prima. Essa região adotou um modelo primário-exportador baseado no uso intensivo de recursos naturais, com fábricas altamente automatizadas, com alto emprego de capital (estrangeiro) e baixa função produtiva de mão de obra. Os protagonistas desse modelo de desenvolvimento primário-exportador foram os grandes grupos de negócios estrangeiros e algumas empresas estatais. O final

da década de 1990 seria um marco do *land grabbing* nos países latinos a partir da produção *flex crop*, que privilegia o cultivo de grãos que podem ser utilizados tanto para produção de biocombustíveis quanto para o consumo humano e animal (COSTANTINO, 2014). Na Figura 1, em Anexos, podemos acompanhar a participação da América Latina na produção mundial de *selected crops*¹³ (1961 – 2011).

É importante destacar o baixo dinamismo desse setor (baixo preço e pouca elasticidade-renda) e a margem estreita para inovação, estando a produção orientada principalmente pela demanda dos mercados europeu, estadunidense e chinês. De acordo com algumas teorias dos Sistemas-Mundo, os países que têm suas exportações concentradas em produtos primários estão relegados à condição periférica justamente devido ao baixo dinamismo e a baixa elasticidade-renda desse setor. Se não há inovação nem a demanda aumenta de forma proporcional ao aumento da renda, o setor primário responde apenas às demandas mais básicas do consumo das famílias e da base industrial.

Corroborando com o que diz a abordagem dos Sistemas-Mundo sobre a aliança capital-Estado, podemos perceber que o setor público teve um papel-chave no processo de atração de investimentos estrangeiros. Segundo Agostina Costantino (2014), os Estados latinos – até mesmo os governos autodeclarados *de esquerda* ou *progressivos* – propuseram modelos de desenvolvimento baseados na exploração de recursos naturais e comercialização de commodities. A autora destaca a concentração de terras nos países latinos entre 1980 e 2000, sobretudo para o considerável declínio no número de unidades agrícolas com menos de 100 ha. No caso uruguaio, por exemplo, o número de propriedades rurais com mais de 10.000 ha mais que dobrou nesse período. Como resultado, podemos perceber o relativo esgotamento das terras na América Latina, sinalizados pelo aumento dos preços, gerando maior interesses dos investidores por terras em África. A Figura 2, em Anexos, mostra a disponibilidade potencial de terras não cultivadas, em diferentes regiões do mundo.

Entre 2007 e 2009, encaramos a chamada *agroinflação*: o aumento exorbitante dos preços agrícolas e da corrida mundial por terras, principalmente em África. Dentre outros fatores, podemos destacar como causas: forte crescimento econômico, liderado pelos mercados emergentes; elevação dos preços internacionais de petróleo, com

¹³ A autora identifica como *selected crops* os grãos produzidos segundo demanda dos mercados externos (principalmente voltados a produção de biocombustíveis) os carros-chefes no superávit comercial de países agrário-exportadores.

impactos sobre a produção de biocombustíveis; efeitos climáticos adversos à produção; crescimento da população mundial e baixo estoque de alimentos no mundo (HAGE ET. AL, 2012). Apesar de a América Latina e Caribe ter um potencial de terras considerável, principalmente quando comparamos ao Leste Europeu e a Ásia, a disponibilidade de terras em África Subsaariana chega a ser quase duas vezes maior.

Segundo relatório do Banco Mundial (2010, *apud* SAUER; LEITE, 2012), a área com produção destinada aos agrocombustíveis era de 36 milhões de hectares em 2008, o dobro em relação a 2004. Entre outubro de 2008 e agosto de 2009, mais de 45 milhões de hectares foram comercializados, sendo 75% em África. Ainda segundo esse relatório, oito commodities são as principais responsáveis pelo aumento do preço de terras: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê, arroz, canola, girassol e floresta plantada. Podemos inferir, a partir dessa lista de commodities, que o aumento da produção agrícola e consequente aumento do preço de terras não está necessariamente relacionado ao aumento do consumo alimentar. Exceto o arroz, os demais gêneros citados se vinculam majoritariamente a produção de biocombustíveis, óleos e produção de celulose.

Nesse processo, os países que apresentam terras abundantes, baratas e férteis foram afetados pelo deslocamento da produção de commodities, a exemplo do Brasil, que se destaca na produção de milho, soja e cana-de-açúcar. Estima-se que 23% do crescimento da produção agrícola mundial está relacionado à inserção de novas terras na produção agrícola, apesar do considerável aumento da produtividade. O preço da terra nessas regiões chega a ser 40% mais baixo. Muitas das novas aquisições acontecem nas regiões Norte e Nordeste, diante da procura relativamente menor e das previsões de desgaste das terras do Sudeste e do Centro-Oeste. Houve a chamada *expansão da fronteira agrícola*, incorporando Maranhão, Piauí e Bahia na produção dessas commodities, corroborando a expectativa global relatada pelo Banco Mundial (FERRO, 2012).

O preço mais baixo das terras de fronteira agrícola explica o maior interesse estrangeiro pelo plantio direto e arrendamento de terras. Apenas em 2008, 70% das aquisições de terra de fronteira agrícola foram realizadas por investimentos estrangeiros (FERRO, 2012). Surgiram, inclusive, empresas especializadas em arranjar, preparar e vender terras, afetando no processo de valorização (WILKINSON, 2010 *apud* SAUER; LEITE, 2012). Dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011) mostram que, das aquisições de terras brasileiras por estrangeiros em

2010, 23% foram japonesas, 7% foram italianas e 1% foi o total de aquisições por argentinos, estadunidenses e chineses. Podemos observar na Tabela 1, em Anexos, a concentração fundiária por estrangeiros no ano de 2010. Por questões históricas, temos um grande número de propriedades portuguesas. Mas, é importante notar a participação japonesa, nacionalidade com segunda maior posse de terras e com quase o dobro de hectares da terceira nacionalidade.

Segundo o Censo Agropecuário 2006 (BRASIL, 2009), pouco mais da metade das terras brasileiras está cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como imóvel rural. No entanto, cerca de 20% do território brasileiro não apresenta registro formal de titularidade (excluindo-se territórios de conservação ambiental, de reserva indígena, terras públicas e perímetros urbanos). Considerando os registros existentes, houve crescimento aproximado de 20% no total da participação estrangeira na posse de terras no Brasil, entre 2003 e 2007, sendo metade dessa expansão no Centro-Oeste. Esse estudo também mostra que, aproximadamente, 43% do total de terras corresponde a apenas 0,91% dos estabelecimentos. Enquanto isso, cerca de três milhões de estabelecimentos não são grandes o suficiente para gerar renda, sustentar famílias e garantir o mínimo de qualidade de vida no campo (BRASIL, 2005 *apud* SAUER; LEITE, 2012).

Em termos de área ocupada, é possível perceber a concentração estrangeira nas áreas mais capitalizadas do país: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, com notável expansão dos investimentos bem-sucedidos para as demais regiões. Se considerarmos o número de imóveis estrangeiros, entre 2009 e 2010, houve crescimento significativo no Nordeste, em torno de 30% (HAGE ET AL., 2012). Entre 2003 e 2007, houve aumento de 61% na área ocupada por estrangeiros na região Norte (BRASIL, 2009). Para Hage, Peixoto e Vieira Filho (2012), a presença estrangeira em setores estratégicos tem impactos sobre o padrão de governança da economia e os Estados devem adotar políticas de restrição à compra de terras por estrangeiros, dentre outros fatores, observando a garantia do controle nacional sobre a produção de alimentos e a preservação do tecido social da Nação. Considerando o caso brasileiro, afirmam:

“Deve-se ter cautela com os investimentos realizados por fundos soberanos de países com forte interesse na importação de produtos primários brasileiros. [...] É preciso ressaltar que o Estado é soberano e

não pode perder o controle da ocupação do território nacional, mesmo diante da existência de uma legislação mais flexível ao *investimento externo estrangeiro* na produção agrícola” (p.6).

A Lei Nº 5.709/71, em seus Artigos 3º e 5º, estabelece o limite máximo de 50 módulos (fiscais) por estrangeiro, para exploração indefinida em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de colonização. Por município, é permitida a posse de até 25% do território por cidadãos ou empresas de outras nacionalidades, desde que cada nacionalidade estrangeira não ultrapasse 10% da área do município. No entanto, em 1995, um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), baseado na Ementa Constitucional Nº 6, estabeleceu a não-distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiro, uma vez registrada a pessoa jurídica segundo as normas brasileiras. Assim, não seria mais necessário solicitar permissão para aquisição de terras superior a 150 hectares nem que os cartórios precisam comunicar às autoridades qualquer compra de terra por capital estrangeiro.

A tendência observada nas duas últimas décadas é de maior restrição a aquisição e concentração de terras por estrangeiros. Em 2007, o Deputado Carlos Alberto Canuto (PMDB/AL) escreveu um Projeto de Lei (Nº 2.376/07) para proibir a compra de terra por pessoa física ou jurídica estrangeira que tenha a intenção de cultivo para produção de agroenergia. A Deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), pelo Projeto de Lei Nº 3.483/08, sugeriu que a propriedade estrangeira no Brasil não pudesse ser superior a 2,5mil hectares. O Parecer Nº LA-01 da AGU, de 2010, reconhece nove efeitos negativos da ausência de controle sobre a aquisição estrangeira de terras. Dentre eles: expansão da fronteira agrícola por área de conservação ambiental e unidades de conservação; desvalorização do preço da terra e grande especulação imobiliária; ampliação, sem a devida regulação, da produção de etanol e biodiesel; aquisição de terras em faixa de fronteira, pondo em risco a segurança nacional (BRASIL, 2010). Esse Parecer reconsidera os anteriores e ratifica as restrições estabelecidas pela Lei Nº 5.709/71. Juan Luis Be (2013, *apud* VITTE, 2014) lembra o fato de vários empresários rurais assumirem cargos executivos e legislativos no Brasil, garantindo a aliança Estado-capital neste setor.

Mais algumas medidas dificultam o acesso e a exploração de terras no Brasil, a exemplo do Novo Código Florestal implementado em 2012 e da obrigatoriedade do

Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Novo Código Florestal visa a preservação da biodiversidade e exige diferentes porcentagens de preservação vegetal em propriedades privadas. Além disso, regula a proteção de encostas, lençóis d'água e nascentes. O CAR é um registro público online das propriedades rurais brasileiras, o que permite identificar rapidamente áreas de desmatamento e queimadas. Por determinação da lei, todas as fazendas devem estar registradas até 2016 (DA SILVA JUNIOR, 2015). Um estudo realizado para Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio, publicado em 2011, apontou que essas restrições para compra e arrendamento de terras por estrangeiros teriam causado prejuízos em torno de US\$ 15 bilhões apenas em 2011-2012, além de inibir fortemente investimentos em capital de risco (*apud* FERRO; DE CASTRO, 2013).

Essas inibições, no entanto, não parecem ser barreiras para entrada de investimentos estrangeiros no país. Analisando o mercado de terras no Brasil entre 2000 e 2010, Aline Ferro e Eduardo de Castro (2013) consideram que a produção de soja teve impactos significativos sobre o preço da terra, além da compra de propriedades para fins especulativos, diante do aquecimento do mercado nesse setor. Segundo os autores, para que o plantio da soja se firmasse no cerrado brasileiro, foram necessários investimentos em pesquisa e infraestrutura de transportes, com destaque para a atuação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte – FAPCEN - e da EMBRAPA (FERRO; CASTRO, 2013; SAUER; LEITE, 2012).

Como mostra Waldemar Wesz Jr. (2011), na década de 1970, a agroindústria de soja passou por diversas transformações no Brasil. Além das melhorias tecnológicas, os mercados que eram bastante regionalizados passaram a ter o nacional e o global como referência. Uma das consequências foi a diminuição do número dos estabelecimentos rurais com aumento do tamanho médio destes, em favor da concentração da propriedade. As mudanças foram ainda mais intensas na década de 1990, com a implementação do Plano Real (1994) e a consequente estabilização da economia nacional, menor intervenção estatal e menor proteção tarifária. A tendência observada para o complexo da soja foi de integração dos grandes grupos nacionais, que dividiam o mercado internacional com os grupos internacionais já existentes no Brasil. A série de fusões que observamos nesse setor foi motivada, sobretudo, pela necessidade de eliminar concorrentes e saltar etapas do processo de crescimento horizontal das empresas, tendo como objetivo garantir o suprimento de matérias primas e canais de

distribuição. O mercado nacional era - e ainda é - praticamente abastecido por cooperativas e empresas de pequeno porte (WESZ JR., 2011).

Ana Célia Castro (2002), tratando especificamente de commodities, reafirma a baixa lucratividade desse mercado. Para ser competitivo, é preciso controlar redes de comercialização e atuar em larga escala, o que é típico da atuação dos grandes *players* internacionais e extremamente difícil para a maioria das empresas puramente brasileiras. Em 1997, a Sadia vendeu suas plantas industriais para a Archer Daniels Midland -ADM (EUA) e a Matosul, para a Cargill (EUA). Ceval, Santista e Incobrasa foram compradas pela Bunge (Holanda). Os estudos realizados por Wesz Jr. mostram que, entre 1995 e 2005, empresas internacionais (Santista - Cargill) detinham juntas 12% da capacidade de esmagamento da oleaginosa e empresas brasileiras (Ceval - Sadia - Incobrasa) 24%, considerando as cinco maiores empresas nesse setor. Já em 2005, quatro empresas de capital internacional (Bunge - ADM- Cargill - Coinbra) lideravam o ranking e detinham 48% do mercado, sendo a Imcopa a maior empresa de capital nacional, com 5% das operações. A partir desses números, é possível notar também a concentração de capital característica do setor, além de sua desnacionalização. Em 1995, as cinco maiores empresas controlavam 36% do mercado. Em 2005, 53% (ver Figura 3, em Anexos).

Para as empresas que visam o agronegócio exportador, uma das soluções encontradas para diminuir os custos foi a expansão para áreas amazônicas e países fronteiriços. Considerando a região amazônica, são expressivamente menores os custos com escoamento da produção e com aquisição de terras. Destacam-se nesse processo de expansão o norte do Mato Grosso, sudoeste do Maranhão, norte do Tocantins, sul de Rondônia, centro-norte de Roraima e o sul do Amazonas (FLEXOR ET AL., 2006). Considerando que a Amazônia Legal é formada por sete estados do Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão, observamos um aumento na produção de mais de 17,2 toneladas de soja na região, entre 1990 e 2005. Para tanto, foram ocupados mais de sete mil hectares. Para a região Norte, calcula-se que a área plantada passou a ser 83 vezes maior em 2005, em comparação a 1990. No Nordeste, embora seja uma região menos expressiva para o setor, a área plantada quintuplicou (FLEXOR ET AL., 2006, p.5-6).

O maior interesse na produção da soja é consequência da maior procura internacional. Analisando o caso brasileiro, é notável o aumento das importações chinesas (grão de soja) e europeias (farelo de soja). Entre 2000 e 2004, a China

aumentou em 146,6% seu consumo de grãos de soja brasileiros. A Alemanha, Holanda e França aumentaram a importação de farelo dessa oleaginosa respectivamente em 195%, 120% e 61% (FLEXOR ET AL., 2006, p.4). Diante da maior procura, os custos também tendem a subir, sobretudo o preço da terra. O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) apresenta alguns dados sobre o custo de produção da soja, por safra. Para a safra 14/15, estimaram-se despesas de custeio da lavoura em R\$ 1.508,97/ha no Nordeste e R\$ 1.846,48/ha no Sudeste, respectivamente a menor e a maior média no país. Para a safra 11/12, as estimativas eram de R\$ 989,75/ha na primeira região e R\$ 1.038,09/ha na segunda. Se considerarmos as despesas totais, incluindo encargos financeiros e tributários, esses números chegam a R\$ 2.327,36 no Nordeste e R\$ 2.702,04 na região Sudeste.

Diante do aumento dos custos de produzir no Brasil e de mudança no foco da política externa, os interesses brasileiros no agronegócio foram expandidos também aos países vizinhos. É importante destacar o crescente interesse do Brasil pelo seu continente, em especial pela América do Sul e países-membros do MERCOSUL. Apesar da resistência da elite política brasileira, esse comportamento é parte declarada da intenção de política externa desde 2002, nos mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e impulsionaram de forma considerável o nível de comércio e investimentos entre o Brasil e seus vizinhos.

2.3. Expansão do agronegócio brasileiro para a América do Sul

Nos países latinos, de modo geral, o termo agronegócio sempre esteve atrelado à ideia de desenvolvimento, uma vez que o setor alavanca os níveis de exportação e gera divisas. Até 2008, percebemos um processo de expansão generalizada da economia mundial, e não foi diferente para a América do Sul. O Brasil, na condição de maior economia do subcontinente e de maior exportador sul-americano de grãos (além de minérios e energia) para a China, necessitou ampliar consideradamente sua produção e expandir suas atividades produtivas para os países vizinhos (FIORI, 2011). A Tabela 3, em Anexos, mostra a expansão dos investimentos diretos brasileiros na região, em bilhões de dólares. Rodrigo Alves (2010 *apud* BENITES, 2013, p. 4) afirma:

“Os altos preços das commodities fazem com que os investidores do Brasil observem, nesses países, oportunidades de negócios rentáveis tendo em perspectiva que são territórios com recursos naturais em abundância e próximos ao território brasileiro. Um segundo fator é a condição estratégica desses produtos para o crescente mercado consumidor do país. Por fim, esses territórios representarem uma plataforma de exportação desses recursos, já que as empresas brasileiras almejam atender a demanda crescente do mercado asiático”.

Até 2008, o Brasil experimentava uma fase de relativa estabilidade e crescimento econômico que, associada ao contexto de ascensão chinesa, criou condições favoráveis para promover investimentos, financiamentos e melhorias comerciais. Mesclando interesses privados (aumento da produção e novos mercados) e públicos (aprofundar integração política, social e econômica da região), o Brasil investiu na aquisição de empresas sul-americanas e na integração da infraestrutura de transportes, comunicações e energia (SANTOS, Marcelo, 2012). É importante lembrar que muitos projetos propostos pelo Brasil para a América do Sul durante o Governo Lula (2003 - 2010) e o primeiro Governo Dilma (2011- 2014) são bastante parecidos aos propostos pela parceria Brasil – Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na década de 1990, no contexto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Nas palavras de Marcelo Santos (2012, p. 197): “os projetos da IIRSA eram apontados por muitos estudiosos como criadores de corredores regionais de exportações de commodities agrícolas e minerais para mercados fora da região”.

Segundo o autor, o que vai mudar no projeto atual é a diminuição da dependência econômica por instituições financeiras de países centrais para levar os projetos adiante, bem como a motivação político-econômica por trás dos investimentos: o objetivo é integrar a região para integrar a própria região, suprimindo seus mercados e economias. Essa mudança também mostra a nova inserção brasileira na economia-mundo, agora mais autônoma e capaz de liderar projetos de investimentos em sua própria região, afrouxando os laços de dependência em relação aos instrumentos de política do Centro. No processo de internacionalização das empresas, o Estado atuaria como um facilitador,

elegendo setores estratégicos de atuação e criando condições favoráveis para a entrada do capital brasileiro nas economias vizinhas (BENITES, 2013).

Considerando o setor primário, é forte a presença do Brasil nos países vizinhos. Tranquilo Favero, o *rei da soja* paraguaio, na verdade é brasileiro. Estima-se que 15% das terras aráveis no Paraguai estão nas mãos de brasileiros (CLEMENTS; FERNANDES, 2012) e que Favero detém sozinho cerca de um milhão de hectares no país. Em 2013, o Ministério Público do Paraguai solicitou prisão preventiva de Maria Cristina Sterza, representante do Grupo Favero no país, sob a acusação de mais de dez crimes ambientais. O Grupo Favero também é responsabilizado pelo desflorestamento de mais de 4.500 mil hectares em áreas protegidas, que renderiam mais de US\$ 12 milhões por safra (PARAGUAY.COM, 2013). Essas terras ocupadas por Favero haviam sido devolvidas ao patrimônio nacional paraguaio, em 1953, após desapropriação e também são fontes para tráfico de madeira de reserva natural pelo Grupo.

"Los mayores depredadores de nuestras riquezas naturales del Ñacunday y el Alto Paraná son sojeros brasileños. (...) El grupo Favero acumula [...] más del millón de hectáreas en manos de un solo propietario Favero, mientras más 300.000 familias no tienen tierras para cultivar en Paraguay" (PARAGUAY RESISTE, sem data).

Quanto ao mercado fundiário, os maiores investidores em terras na América Latina são transnacionais de origem brasileira e se dedicam principalmente à produção de commodities ou *flex crops*, ou tentam acesso a recursos minerais e energéticos (IICA, 2013 *apud* VITTE, 2014). Os destinos principais do capital brasileiro são Bolívia, Colômbia, Paraguai e Uruguai. Cinco países do Cone Sul (Argentina – Bolívia – Brasil – Paraguai –Uruguai) compõem a chamada *República da Soja* e contam com 47 milhões de hectares cultivados com soja transgênica. As empresas transnacionais produtoras de sementes e agroquímicos são as maiores beneficiadas com a gigantesca produção na região, apoiadas por organizações empresarias nacionais (ARANDA, 2012 *apud* VITTE, 2014).

Segundo Eloi Martins Senhoras (2011), é notável que o capital brasileiro se

internacionaliza em função de uma estrutura comercial de caráter exportador, concentrando-se nas atividades do setor primário. Tratando especificamente da internacionalização brasileira na América do Sul, o autor afirma que esse processo é consequência da possibilidade de casar a baixa necessidade de investimentos em inovação e a baixa diversificação produtiva com a disponibilidade relativa de terras nos países vizinhos, além das vantagens obtidas com os acordos de liberalização comercial e o câmbio favorável ao Brasil. Para países sul-americanos que tradicionalmente dependem da importação de alimentos (a exemplo de Bolívia, Venezuela e Equador), aceitar o fortalecimento da agricultura por meio de investimentos estrangeiros as vezes é a opção mais viável, ao curto e médio prazo, ainda que haja fortes interferências na estrutura da propriedade e de produção (VITTE, 2014).

José Luis Fiori (2011) afirma que o Brasil tem capacidades e possibilidades para utilizar a América do Sul como caminho para ascensão, similar ao caminho traçado pelos Estados Unidos. Para tanto, seria necessário atuar em duas vertentes: econômico-industrial e política. A primeira estaria centrada na associação entre indústrias de alto valor agregado e a produção de commodities de alta produtividade. Na esfera política, seria preciso melhor delinear a natureza da inserção internacional do país e os objetivos de Estado. Fiori também nos lembra que as grandes potências já foram países periféricos e insignificantes, mas que decidiram se expandir para além de suas fronteiras e mudaram o rumo de suas histórias.

No entanto, muitas vezes a atuação do Brasil no continente é vista, pelos seus vizinhos, como um projeto imperialista, sobretudo diante do nosso histórico de política externa baseada em busca de poder internacional - além da assimetria territorial, populacional e de movimentação de capitais em favor da ex-colônia portuguesa. A expansão dos interesses brasileiros na região, principalmente sobre os países do MERCOSUL, teve grande impacto na balança comercial do país. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (*apud* WELLE, 2013) o montante das exportações brasileiras para países da América Latina e Caribe saltou de US\$11,5 bilhões, em 2002, para US\$57 bilhões, em 2011. Para Oliver Stuenkel (*apud* WELLE, 2013), o Brasil chega a ser visto na América do Sul com os mesmos olhos que víamos os Estados Unidos, no século passado.

Considerando que o início da expansão do capital brasileiro em direção à América Latina (em especial, a América do Sul) teve início ainda na década de 1990 e foi

reforçado a partir do mandato de Lula, os investimentos acontecem há mais de duas décadas. No setor primário, após sucessivos anos de exploração agrária, temos um cenário de relativo esgotamento das terras. Nas últimas décadas, foi notável o encarecimento destes recursos e o aumento da produção via o uso intensivo de território e expansão da fronteira agrícola. Além do mais, os países da América do Sul apresentam condições políticas e de mercado para expandir e diversificar os investimentos brasileiros nas áreas de indústria e serviços, atividades de maior valor agregado o que favorece o interesse do setor privado brasileiro (RIBEIRO; LIMA, 2008).

Mas, como sabemos, a maior procura tende a causar elevação dos custos de produção. Por isso diversas empresas, inclusive do agronegócio brasileiro, têm favorecido o investimento em África, diante da disponibilidade de terras férteis, baratas e com arrendamentos de longo prazo. Como mostrado no próximo capítulo, Moçambique se tornou o epicentro de investimentos brasileiros no continente africano, observam Elizabeth Clements e Bernardo Fernandes (2012).

CAPÍTULO 3

ProSAVANA

3.1. Agricultura em Moçambique

Como vimos, o Brasil deu início a um processo de modernização agrícola ainda na década de 1970 e, atualmente, tem um sistema agroindustrial solidificado - que abrange setores agropecuários, industriais, mercantis, tecnológicos e financeiros. Moçambique, no entanto, ainda é caracterizado pela agricultura camponesa de subsistência. Atualmente, cerca de 80% da população moçambicana (14,3 milhões de pessoas) está diretamente ligada à terra e ao setor primário, que corresponde a 89% do PIB. Esse número, por si só, já demonstra a importância social e econômica do setor primário como provedor de alimentos, fonte de trabalho e renda, e pilar da ocupação do território moçambicano. Destacam-se os cultivos de algodão, tabaco e castanha de caju por pequenos produtores, que atraem a atenção das agroindústrias como fonte de matéria-prima. É importante lembrarmos também das extensas reservas de gás, carvão e outros minerais do país (EMBRAPA, 2010).

Moçambique está localizada no sudeste da África, voltada para a Ásia e banhada pelo Oceano Índico em uma extensão aproximada de 2.800km e é notável sua proximidade física aos maiores importadores mundiais de grãos, em comparação ao Brasil, por exemplo, (ver Mapa 1 e Gráfico 4, em Anexos). Essa proximidade é crucial para diminuição de custos como fretes e seguros internacionais, o que aumenta a lucratividade dos exportadores. Além disso, o país é cortado por importantes rios, o que facilita a produção agrícola e o fluxo comercial interno. Sendo 68% do território de Moçambique coberto por savanas tropicais e com 36 milhões de hectares de terras agricultáveis, esse país africano tem apenas 5,7 milhões de hectares cultivados e o agronegócio ocupa 3% do total de hectares. No entanto, aos poucos esse cenário vem se modificando, diante de contextos de pós-crises mundiais de alimentos e corridas bioenergéticas, que tiveram início no começo do século XXI (EMBRAPA, 2010).

Além da localização geográfica e da abundância em recursos naturais, Moçambique apresenta uma infraestrutura logística diferenciada em relação aos demais

países da Savana da Guiné, com histórico de interesse do IED brasileiro desde o início da década de 1990, além de ser destino majoritário dos recursos oficiais para cooperação internacional (CLEMENTS; FERNANDES, 2012). Um dos aspectos relevantes na atração de IED para o país é o baixo custo do acesso às terras. Nesse ponto, é importante lembrar o passado socialista de Moçambique, o qual influencia consideravelmente em seu ordenamento jurídico. Segundo a Lei nº 19/97, revisão da Lei nº6/79 (conhecida como Lei de Terras), a terra é um bem do Estado Moçambicano e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. Ao mesmo tempo, essa lei também considera a terra como “meio universal de criação de riqueza e do bem-estar social”, e o seu aproveitamento é visto como ferramenta para o desenvolvimento da economia nacional.

Para os moçambicanos, o direito de uso e aproveitamento de terras pode ser obtido por autorização oficial ou a partir da ocupação individual/coletiva, segundo práticas costumeiras. Nesses casos, segundo a Lei, a ausência do título formal não diminui os direitos adquiridos pela ocupação. No Artigo 13º, parágrafo 3º, lemos: “o processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consultas às comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não têm ocupantes”. Para uso e aproveitamento por estrangeiros, são distribuídos os Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT), com validade média de 50 anos e ônus de US\$ 1 por hectare para o investidor. Comparado ao preço de compra da terra em outros países, isso significa diminuição dos custos. Para conseguir uma DUAT, é necessária a autorização prévia do projeto de investimento, de acordo com a extensão territorial a ser utilizada: autoridades locais, para até 1.000 ha; Ministério da Agricultura e Pesca, entre 1.000 e 10.000 ha; e Conselho de Ministros, acima de 10.000 ha. Se pessoa física, é necessário ser residente em Moçambique há pelo menos cinco anos e, se pessoa jurídica, ser constituída e registrada segundo as normas locais.

Entre 2004 e 2009, Moçambique cedeu mais de um milhão de hectares sob a forma de investimentos estrangeiros. Os investimentos estrangeiros têm o governo moçambicano como parceiro – ou cúmplice – e maior incentivador, acreditando na geração de receitas e empregos, promoção de segurança alimentar e redução da pobreza (CLEMENTS; FERNANDES, 2012). A declaração de Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (AMPA), ilustra

bem o olhar do agronegócio brasileiro sobre Moçambique:

“Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China. Hoje, além de a terra ser caríssima em Mato Grosso, é impossível obter licença de desmate e limpeza da área” (SCHLESINGER, 2013, pág. 34).

Os projetos para produção de biocombustíveis em Moçambique são bastante ressaltados por Isilda Nhantumbo e Alda Salomão (2010 *apud* GERMAN ET AL., 2011). Segundo as autoras, muitos desses projetos são instalados no país sem as devidas licenças ambientais, obrigatórias segundo a lei vigente. “In the absence of environmental permits, companies are presumably under no obligation to mitigate the negative social and environmental effects of their operations or to monitor the same”. (GERMAN ET AL.; 2011, p. 16-17).

Um estudo realizado pela OXFAM (2013, *apud* COSTANTINO, 2014) sugere que os investidores de terra tendem a escolher países com baixa capacidade estatal para governar e estabelecer políticas (*poor governance*), como estratégia para maximizar lucros e diminuir formalidades e burocracias. Para definir o grau de governança estatal, esse estudo considera quatro indicadores (*voz e accountability; qualidade regulatória; Estado de Direito; controle de corrupção*) e encontra que 78% dos países que atraíram grandes investimentos de terra (2000-2011) ficaram abaixo da média em todos os indicadores. Por essa análise, uma governança fraca é ainda mais atrativa do que a alta disponibilidade de terras no Estado receptor de investimentos. A partir da perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo, essa baixa capacidade estatal pode ser vista como consequência de uma aliança fraca entre o capital e o Estado, principalmente se considerarmos Estados que ainda apresentam muitos setores produtivos a nível de subsistência, como Moçambique. Esses Estados, incapazes de alterar a DIT, tendem a estabelecer menos condicionalidades e mais privilégios para atrair investimentos e se inserir na economia-mundo capitalista.

A iniciativa privada (essencialmente de caráter transnacional) têm estabelecido bastantes parcerias com o Governo de Moçambique e organizações internacionais de desenvolvimento, visando inserir Moçambique na dinâmica capitalista da economia-

mundo. O Projeto Embrapa-Moçambique, por exemplo, tem suas pesquisas concentradas no Corredor de Nacala e se diz baseado em expectativas de cooperação ao longo prazo, com o objetivo de fornecer a estrutura técnica e operacional para apoiar o setor agropecuário em todas as etapas. Sobre a região das Savanas, afirma Cleber Guarany, coordenador da Fundação Getúlio Vargas – FGV Projetos, “Essa talvez seja a melhor área para desenvolver agricultura no continente, com retornos estimados entre 18% e 23% ao ano” (ZAIA, 2012). O objetivo declarado do Projeto é transformar o Corredor de Nacala em um pólo de desenvolvimento para toda a África Austral. Na publicação *Paralelos*, lemos: “Mais que apenas exportar receitas ou tecnologias, temos a oportunidade de aprender juntos a construir um futuro virtuoso que integre experiências mútuas e objetivos comuns” (EMBRAPA, 2010, p.11).

Além de investir nos tradicionais cultivos de algodoeiros e cajueiros, a agricultura comercial de milho e soja receberia atenção dos estudos da Embrapa, que também garante a oferta de sementes híbridas por produtores brasileiros. Essas sementes podem ser reutilizadas por alguns anos e teriam importante impacto na redução de custos, embora necessitem de agrotóxicos e fertilizantes. Ao tratar especificamente do milho, o relatório considera que esta deverá ser a principal matéria-prima para o desenvolvimento da produção agrícola e suína na região, além de abastecer os mercados europeu e estadunidense (p.53).

Destacam-se três projetos de cooperação Embrapa-Moçambique: PIATT e PROALIMENTOS, em parceria com os Estados Unidos; ProSAVANA, em parceria com o Japão. O Projeto de Apoio Técnico à Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica para Moçambique (PIATT) tem cobertura nacional e a intenção de melhorar a produtividade e competitividade do setor agrícola, aumentando a renda rural e o excedente para exportação. Por meio desse projeto, foram introduzidas no país novas espécies agrícolas e de raças animais, novos sistemas de produção agrícola e novas cadeias de geração de valor. Já o Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique (PROALIMENTOS) está concentrado nas regiões centrais e do sul moçambicano, e tem foco na produção de hortaliças e no processamento de alimentos. Para tanto, é oferecido apoio aos organismos reguladores e de fomento à produção agrícola e capacitação de técnicos e produtores, além do fortalecimento do modelo de gestão e de pesquisa. Ao analisarmos esses projetos triangulares de cooperação internacional para o desenvolvimento, podemos ver alguns

indicativos da posição diferenciada do Brasil no sistema-mundo: nem totalmente ao Centro, como provedor de capitais e *parte ao Norte* da cooperação; nem totalmente no *Sul periférico*, como receptor de tecnologia já difundida. O Brasil seria tanto ator passivo quanto ativo na *plantation moderna*, baseada no discurso de pôr fim à fome de certas regiões do mundo.

Ainda segundo *Paralelos* (2010, p.13), o Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais em Moçambique (ProSAVANA) tem como objetivo implantar modelos de desenvolvimento agrícola com capacidade competitiva e *com base nas leis de mercado* (grifo meu). De acordo com os relatórios oficiais do programa, sua missão seria “melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala através de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo” (PROSAVANA, 2013). No entanto, ele vem sendo criticado por abrir espaço para investimentos estrangeiros diretos (IED) e para o agronegócio, em prejuízo do desenvolvimento social moçambicano. Em minha leitura, parece haver uma aliança entre o Estado e capital brasileiros, juntamente a alianças entre capitais e Estados do Centro, para levar ao país africano um modelo agroexportador muito semelhante ao do Brasil.

O estudo do ProSAVANA, em comparação ao PRODECER, é uma experiência válida para testar o suposto papel do Brasil na Semiperiferia, ao mesmo tempo em que mostra o aprofundamento das desigualdades dentro dos Estados e entre os Estados. Argumenta-se que a expansão típica do capitalismo seria a responsável por impulsionar a expansão de capitais concentrados no Brasil, em direção à África, após relativo esgotamento do setor fundiário na América do Sul. Ao estudarmos conjuntamente o ProSAVANA e o PRODECER, podemos perceber como o Brasil replica em Moçambique as práticas que sofreu em décadas passadas. Ressalto, sobretudo diante das inseguranças teóricas quanto a Semiperiferia e diante das fraquezas metodológicas de um estudo de caso, que apenas essa análise não é suficiente para estabelecermos conclusões seguras e definitivas. Contudo, acredito que ela possa contribuir para a compreensão da questão de forma geral.

3.2. Reproduzindo o PRODECER

Para analisarmos o ProSAVANA e a atuação brasileira por essa vertente mais crítica ao programa, faz-se útil e necessário entender o que foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER - e seus impactos socioeconômicos. Em meio a baixa mundial de grãos em 1973, vários países desenvolvidos buscaram alternativas para garantir a oferta de alimentos, investindo em tecnologia de produção e expansão da fronteira agrícola nos países agroexportadores. Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, chegou a declarar embargo provisório da exportação de grãos, na tentativa de manter a oferta interna. Esse embargo agravou a situação de abastecimento mundial, sobretudo para os importadores de soja, dado que os EUA eram praticamente o único fornecedor mundial do produto no período. O Japão, com considerável nível de poupança externa e pouca disponibilidade de terras agricultáveis, era um dos maiores importadores de grãos estadunidenses e sofreu fortes impactos com a medida. Como alternativa, os japoneses encontraram no cerrado brasileiro uma vasta área, até então pouco urbanizada e considerada imprópria para agricultura (OSADA, 1999).

Após diversos estudos e visitas da Federação Nacional das Cooperativas de Compras do Japão - ZENCOREN, o PRODECER é assinado em setembro de 1974, pelo então presidente brasileiro Ernesto Geisel e o Primeiro-Ministro japonês Kakuei Tanaka (OSADA, 1999). Esse projeto teve grande apoio da iniciativa privada. Em 1978, foram fundadas a *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation* – JADECO, com sede em Tóquio – e a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial – BASAGRO, responsáveis por fundar a Companhia de Produção Agrícola – CAMPO, empresa coordenadora da implementação do PRODECER. Essa empresa foi criada com 51% de capital brasileiro e 49% japonês (COMPANHIA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, sem data).

O PRODECER foi executado em três fases e gerou em torno de 20 mil empregos diretos e 40 mil indiretos. Entre 1974 e 1984, atendendo a 64 mil hectares de três municípios em Minas Gerais; entre 1985 e 1994, em mais de 200 mil hectares em 17 municípios de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PRODECER III, vigorando entre 1995 e 2005, expandiu-se por mais 80 mil hectares em Maranhão e Tocantins (OSADA, 1999). Na década de 1990, recursos do PRODECER

foram primordialmente destinados a produção de soja na região de Balsas (MA). Além da estrutura coletiva de escritórios e unidades de secagem de grãos, cada colono recebeu 483 hectares de terra e aproximadamente US\$ 1,2 milhão para investimentos agrícolas, máquinas, benfeitorias, desmatamento e correção dos solos (MIRANDA; GOMES, 2011, *apud* FERRO, 2012). Considerou-se, ainda, a implementação de uma quarta fase do projeto, que não foi adiante devido à falta de financiamento, em vista da já existente dívida de R\$ 400 milhões dos produtores brasileiros com bancos japoneses (OSADA, 1999).

Segundo Aline Ferro (2012, p.14), “foram os estímulos do governo brasileiro associados aos investimentos do PRODECER que viabilizaram a instalação de algumas das maiores *tradings* mundiais e de grandes empresas agrícolas nacionais produtoras de grãos na região [de Balsas (MA)]”. Sem dúvidas, esse programa de cooperação foi fundamental para o desenvolvimento agrícola no cerrado brasileiro, hoje conhecido como o *celeiro do mundo*, e que chega a exportar anualmente a média de 81,5 milhões de toneladas de soja – aproximadamente US\$26,1 bilhões (EMBRAPA, sem data). Acredita-se que 59,5% das terras em mãos de estrangeiros no Brasil foram transferidas a partir do PRODECER, totalizando 767 propriedades em sete estados. Diante da maior demanda, entre 1994 e 2010, o preço médio de terra no país cresceu 430% (CLEMENTS; FERNANDES, 2012).

Segundo o relatório *Awakening Africa's Sleeping Giant: Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond*, publicado pelo Banco Mundial em 2009, a chamada Savana da Guiné apresenta cerca de 400 milhões de hectares com grande potencial cultivável, estendendo-se por 25 países desde Senegal à África do Sul. Mas, apenas 10% desta área estava ocupada pela agricultura no período em que o estudo foi realizado. Contrastando esse potencial, a região apresenta um baixo índice de produtividade e alta vulnerabilidade aos choques climáticos. Um cenário de riqueza natural ocupado por pobreza e fome (BYERLEE; BINSWANGER, 2009).

Em relação ao ProSAVANA, temos um projeto de cooperação triangular cujo objetivo, segundo seu Plano Diretor, é de melhorar os processos agrícolas no Corredor de Nacala (região de savanas ao norte de Moçambique) para contribuir com o desenvolvimento de toda a África Austral. Sendo um projeto triangular, envolve um país provedor da cooperação Norte-Sul (Japão) e um provedor de cooperação Sul-Sul (Brasil), sendo Moçambique o país beneficiado. Embora a cooperação triangular não

necessariamente tenha que seguir o padrão Norte-Sul-Sul, Márcio Lopes Côrrea (2010) argumenta que seguir esse modelo pode ser benéfico ao aproveitar conjuntamente as vantagens comparativas da cooperação Norte-Sul e da Sul-Sul. O envolvimento de um país do Norte pode potencializar o impacto das ações de desenvolvimento realizada entre países do Sul, que têm a intenção de disseminar conhecimentos já adaptados e testados por uma realidade em desenvolvimento para outra realidade semelhante. Auxiliado por recursos japoneses, o Brasil seria responsável pela etapa técnica da cooperação, adequando a tecnologia utilizada para desenvolver o potencial agrícola do cerrado brasileiro para atender às necessidades específicas para o cultivo na região do Corredor de Nacala.

Aproximando as considerações quanto ao ProSAVANA e o PRODECER, é importante ressaltar que, quando se fala que Moçambique vive hoje uma realidade parecida a do Cerrado brasileiro há mais de 40 anos, estamos tratando da coexistência de diferentes períodos históricos a nível global, como considera a perspectiva dos sistemas-mundo. O relativo atraso do capitalismo nesse país africano e a grande importância do setor primário na composição do seu PIB (89%, em 2013) são indicativos de seu status periférico. Mas, considerando as palavras de Peinado (2010), os países não decidem mudar de uma hora para outra: é o capitalismo global que exige que estes mudem. Diante da necessidade mundial por produtos agrícolas, faz-se preciso *capitalizar* os processos produtivos de subsistência em países como Moçambique.

De fato, Moçambique apresenta grandes potencialidades. Estima-se que, em 2010, a agricultura moçambicana produzia 25% a menos de sua capacidade. Em 2007, menos de 4% dos agricultores usavam fertilizantes; entre 3 e 10% utilizava sementes geneticamente modificadas; 13% utilizava sistemas de irrigação e apenas 1,6% tinha tratores. Das ocupações rurais, 841 grandes fazendas (acima de 50 ha) estavam em operação, enquanto 3,8 milhões eram dedicadas a subsistência, sendo 72% menores a 2 ha. Contrastando essa realidade, do total de terras transferidas em 2009, 60% foi destinada a projetos com mais de 10.000 ha (AABO; KRING, 2012).

Assim como aconteceu em relação ao cerrado, os argumentos que se estabelecem ressaltam a falta de urbanização e o potencial produtivo dessa região, e como os investimentos estrangeiros podem trazer desenvolvimento. No entanto, é preciso considerar a diferença entre urbanização e ocupação. Como nos mostra o Mapa de Uso de Terras em Moçambique (Mapa 3, em Anexos), a população campesina

moçambicana se concentra em torno das estradas do Corredor de Nacala, justamente devido a qualidade relativa das terras e ao volume das chuvas. As maiores prejudicadas seriam as mulheres: 63% da população, das quais 89% trabalha diretamente na terra (AABO; KRING, 2012)..

Muito embora umas das expectativas seja a criação de emprego formal para essas famílias, estudos mostram que projetos estruturados em complexos de sistemas agroindustriais, que privilegiam a produção monocultora em grande escala para exportação, absorvem menos mão de obra humana do que a massa deslocada da agricultura de subsistência. Para cada cem hectares, o plantio de produtos tropicais gera 35 postos de trabalho. Para produção de cana-de-açúcar, eucalipto e soja, são gerados respectivamente 10, 2 e meio posto de trabalho (HOLT-GIMÉNEZ *apud* CLEMENTS; FERNANDES, 2012). No Brasil, para cada trabalhador empregado no cultivo de soja, há 11 pequenos produtores desapropriados (ALTIERI; BRAVO, *apud* CLEMENTS, FERNANDES, 2012). Na já citada publicação da EMBRAPA, *Paralelos* (2010), percebe-se a intenção de substituir a agricultura de subsistência em Moçambique em favor do agronegócio, com o auxílio de maquinaria e sementes geneticamente modificadas de origem brasileira. Dentre as culturas destacadas para esse crescimento expansivo, estão a soja, o girassol, o trigo e a mandioca.

Também é bastante perceptível a aliança capital–Estado no planejamento e execução de ambos os projetos, ProSAVANA e PRODECER. Afinal, como nos lembra Giovanni Arrighi (1997), as empresas capitalistas são lócus da acumulação de capital, mas a luta competitiva entre elas não ocorre num vazio político: “It is not a global *land grab* driven by the private sector, but a supply-driven process in which governments are playing an active role” (GERMAN ET AL., 2011, p.1). Segundo a abordagem da Teoria dos Sistemas-Mundo, um mercado totalmente livre é incompatível com a acumulação incessante de capital: os Estados, ao estabelecer suas jurisdições formais sobre o movimento de mercadorias e sobre a divisão social do trabalho dentro de suas fronteiras, influenciam a dinâmica das atividades produtivas.

Mesmo que a capacidade de atuação estatal não seja absoluta - uma vez que sofre pressões a partir da atuação dos demais-, os Estados se envolvem no jogo de soma-zero do capitalismo, mas com objetivos diferentes das empresas. Desconsiderando o Estado como uma “caixa preta” e atentando para a multiplicidade de interesses que influenciam sua política externa, percebemos que a cooperação técnica pode ser

influenciada pelo interesse privado, e muitas vezes a atuação pública e a privada podem caminhar para o mesmo objetivo, como veremos na próxima sessão.

3.3. Cooperação ou investimento?

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), temos:

“A principal função de um projeto de cooperação técnica é, portanto, a de propiciar o acesso, a absorção e a aplicação de conhecimentos que permitam aos agentes locais de desenvolvimento fortalecer as suas capacidades, um processo que envolve aprendizagem nas dimensões individual, organizacional e interinstitucional” (BRASIL, 2013, p.13).

Em 2010, a África recebeu cerca de 60% de todo o montante desembolsado pela ABC, e mais de 21% dos recursos destinados à cooperação técnica foi aplicado em temas agrícolas. Dos países africanos, Moçambique foi o maior receptor de projetos brasileiros e, neste mesmo ano, recebeu um Coordenador no Exterior da ABC. No ano seguinte, Brasil e Moçambique assinaram um número recorde de acordos de cooperação: seis projetos em um único ano (SCHLESINGER, 2013). Em 2011, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) - vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – lançou um relatório que traça o perfil e as oportunidades comerciais de Moçambique para investidores brasileiros, estimulando a atuação em áreas como o agronegócio, construção civil e venda de maquinários (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS, 2011).

O Brasil também atua na formação profissional, técnica e educacional, capacitando em especial os jovens moçambicanos. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) promove capacitação profissional em turismo e hospitalidade e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) conta com um centro de formação profissional Brasil-Moçambique. Também existem vários acordos que implementam projetos de educação presencial e à distância, e de incentivo à formação científica de estudantes moçambicanos. A atuação brasileira nessas áreas pode

ser vista como um indicativo de presença de mão de obra qualificada, mais um atrativo para os investidores (ALMEIDA; KRAYCHETE, 2013).

Nas palavras de Elga Lessa de Almeida e Elsa Sousa Kraydchete (2013, p.369):

“Ao mesmo tempo em que a cooperação técnica é importante para a estruturação do Estado, e consequentemente possibilita a criação de uma unidade a partir da qual as relações serão travadas, a cooperação também é influenciada pelo interesse privado, porque observa uma demanda por capacitação criada por esse interesse. Ao seguir esse entendimento, observa-se também uma tendência de que a cooperação acompanhe o desempenho dos investimentos externos”.

Além de definir o que considera como cooperação técnica, a ABC (2013, p.81) também indica que o primeiro passo para que o Brasil forneça cooperação técnica para outro país do Sul (Moçambique, em relação ao ProSAVANA), é a Identificação, que consiste na recepção e análise da *solicitação* de cooperação (grifo meu). Na segunda etapa, de Prospecção, o Brasil analisa suas capacidades técnicas, de recursos e de parceria para atender à demanda recebida, reafirmando a necessidade de a parte interessada solicitar a cooperação brasileira. Assim, o modo como o ProSAVANA vem sendo realizado já contraria as diretrizes brasileiras para se colocar no papel de provedor de cooperação técnica para o desenvolvimento: o Estado brasileiro iria se dispor à transferência não-comercial de conhecimento, sem ajuda financeira, mediante a solicitação moçambicana para apoio técnico. No entanto, a própria página oficial da ABC traz informações sobre o Projeto BRA/04/044 A1046, em que os governos brasileiro e japonês decidem qual país da Savana africana receberia o projeto de cooperação triangular.

É importante salientar que, desde maio de 2000, o Brasil e o Japão já haviam estabelecido o convênio-quadro tripartite para cooperação intergovernamental no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP, sigla em inglês), com encontros entre os ministros de Relações Exteriores e da Agricultura dos dois países. Mas foi apenas em julho de 2009 que o Primeiro Ministro Aso e o presidente Lula da Silva concordaram em conduzir o programa de “Desenvolvimento Agrícola das Savanas

Tropicais Africanas” (FUNADA-CLASSEN, 2013). Vê-se que, nove anos antes de o acordo do ProSAVANA ser assinado, Brasil e Japão já haviam estabelecido as bases de uma parceria intergovernamental de caráter tripartite e que o plano geral de desenvolvimento agrícola das savanas não especifica um país a ser contemplado.

Em minha análise, esse projeto de cooperação internacional seria mais um meio de aliança do Estado com os interesses privados, ao promover inserção mais competitiva dos produtos brasileiros no mercado globalizado. Como Estado, o Brasil se posiciona na condição de potência emergente. Muito embora não seja considerado um país de Centro, é notável suas vantagens diante de países como Moçambique. A cooperação internacional pode ser vista como um instrumento de política externa e podemos ver os ganhos brasileiros em diversos aspectos, inclusive reputacionais.

Desde a década de 1990, com o fim da Guerra Civil em Moçambique, é possível perceber a presença de grandes empresas brasileiras no país, tanto públicas quanto privadas. Atualmente, a Eletrobrás instala duas linhas de transmissão elétrica que dobrarão a oferta de energia elétrica nesse país. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia as exportações moçambicanas sob o discurso de abrir oportunidades para projetos em setores produtivos, sendo os recebíveis dos empréstimos lastreados em carvão. Os investimentos da Vale em apenas uma mina em Moatize já chegam a US\$ 6 bilhões, com a previsão de atingir a marca de US\$ 8,5 milhões até o final do projeto – valor que corresponde a mais da metade do PIB moçambicano, em 2013. A Vale ainda mantém um projeto de construção de um novo terminal marítimo de águas profundas em Nacala e tem a concessão de uso dos dois mais importantes trechos ferroviários do país: um de 728 km que liga as principais cidades ao Porto de Nacala, e o de Mawali, que liga as extensões Norte-Sul e Leste-Oeste. A Odebrecht, a Andrade Gutierrez e a Camargo Córrea também se fazem presentes na atividade extrativista, além de atuarem no planejamento urbano, construção de estradas e ferrovias, projetos de habitação e construção civil. A Odebrecht está investindo na construção do Aeroporto Internacional de Nacala e a Camargo Córrea está construindo uma hidrelétrica de investimento equivalente à metade do PIB moçambicano (SCHLESINGER, 2013).

Em 2000, durante visita oficial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi anunciado o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique ao Brasil, e lançada a promessa de estreitamento das relações por meio de acordos de cooperação e da

diplomacia presidencial (ABDENUR, 2007). Mas foi o carisma de Lula e seu discurso de solidariedade Sul-Sul que abriram portas para embaixadas brasileiras e escritórios da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África, para intensificação de visitas presidenciais e fechamento de contratos comerciais. Depois de quase duas décadas de afastamento político-diplomático, o Governo Lula (2003 – 2010) revigorou as relações com os países africanos, sobretudo com os de língua portuguesa. Como resultado, diversas embaixadas brasileiras e escritórios da ABC, EMBRAPA, FIOCRUZ foram abertos no continente, além de bancos e empresas. São notáveis os ganhos na balança comercial: o crescimento do fluxo comercial Brasil-África foi explosivo, entre 2002 e 2011: de US\$4,3 para US\$27,6 bilhões (ALMEIDA; KRAYCHETE, 2013).

A FGV Projetos, assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas, também está presente em Moçambique. Ela é a responsável pelo desenvolvimento de projetos nas áreas de economia e finanças, gestão e administração, e políticas públicas tanto no Brasil como no exterior. A FGV Projetos foi contratada pela ABC para formular o Plano Diretor para o Desenvolvimento da Agricultura do Corredor de Nacala e para realizar a gestão técnica do ProSAVANA. Mas, em um plano paralelo, a FGV capta investimentos privados a serem aplicados em projetos de produção de commodities no Corredor de Nacala. Em julho de 2012, a FGV Projetos lançou o Fundo Nacala. Este fundo estaria alinhado às estratégias de atração de investimentos privados estabelecidas no Plano Diretor, desenvolvido pela própria FGV Projetos (AGROANALYSIS, 2012).

A versão atual do Plano Diretor deixa claro que o ProSAVANA articula um somatório de interesses diversos, dentre os quais o setor público participará das iniciativas estruturantes por meio da cooperação, enquanto o setor privado participará das atividades econômico-comerciais – e a própria FGV Projetos articula esses dois âmbitos. Para Oliver Stuenkel (2014), o ProSAVANA é um meio para que o Brasil pague suas dívidas ao Japão, no âmbito do PRODECER. Como já comentado, para que seja liberado o montante de R\$510 milhões para agricultores brasileiros, no PRODECER IV, é preciso que a dívida gerada nas fases anteriores (R\$400 milhões) seja quitada (ver pág. 52 deste trabalho).

A atuação do Japão, outra parte cooperante no ProSAVANA, também mostra como a cooperação internacional pode beneficiar interesses privados, além do chamado interesse nacional. Para Sayaka Funada-Classen (2013), os interesses do Estado japonês estariam relacionados a garantia da oferta mundial de alimentos. Devido a sua condição

física, o Japão não tem grandes potenciais agrícolas e é bastante dependente da importação de alimentos, como já ressaltado diante do interesse japonês em desenvolver o PRODECER. Além disso, a doutora e ativista observa a aliança japonesa capital-Estado no projeto de cooperação em Moçambique: o Japão estaria respondendo a interesses privados diante de dificuldades técnicas e outras mais pontuais, como as relacionadas ao idioma. A doutora e ativista afirma:

“Em especial, japoneses brasileiros (nipo-brasileiros) foram convidados para papéis-chave na cooperação triangular e se tornariam instrumentos da diplomacia, pois isto aumentava a visibilidade da ajuda japonesa, ao mesmo tempo em que fortalecia as relações com o Brasil” (FUNADA-CLASSEN, 2013, p.8).

Esse posicionamento japonês mais agressivo seria resultado da expansão chinesa no continente africano, fazendo com que as empresas japonesas sentissem a necessidade de firmar uma posição de mercado estável e permanente em África. Nas regiões do Corredor de Nacala, já operam a Nitori (capital japonês) e a Agromoz (sociedade de capitais brasileiro, moçambicano e português). Essas grandes companhias agrícolas ocupam juntas mais de 30 mil hectares com produção de algodão e soja, à custa de reassentamento de várias famílias e da imposição da relação empregado-patrão para alguns camponeses (ZACARIAS, 2014).

Os benefícios para Moçambique, enquanto Estado, podem ser encontrados no nível macro, especialmente na continuidade de atração de investimentos. Ainda que o Estado ofereça diversos benefícios e isenções para a entrada de capitais em áreas correlacionadas, considerando o processo de verticalização da produção¹⁷, o plantio atrai a instalação de centros de beneficiamento e processamento industrial; atrai investimentos do setor alimentício, de geração de eletricidade, de químicos e fármacos, entre outros (FAO, 2009). A atração de capital é um meio para movimentar a economia do país; arrecadar tributos; e investimentos em infraestrutura, educação, pesquisa, formação de mão-de-obra etc.

No entanto, é preciso considerar que o envolvimento estrangeiro (público e

¹⁷ *Verticalização* ou *integração vertical* é uma estratégia de crescimento pela qual uma empresa se envolve em mais de um estágio da cadeia produtiva de determinado bem, tendo maior poder de barganha e controle sobre o mercado (HARRISON, 2005 *apud* CRIBB, 2008).

privado) pode até trazer um alto grau de desenvolvimento econômico para Moçambique, mas não podemos dizer o mesmo em relação ao desenvolvimento social. Ao contrário, encontramos situações nas quais há total descaso com a população, principalmente com as camadas mais pobres – justamente as que mais necessitam ser incluídas em projetos de desenvolvimento. Somente a exploração da mina em Moatize, pela Vale, provocou reassentamento de mais de 1.300 famílias, uma média de 5.000 pessoas. Essas famílias foram realocadas em terras não-agrícolas, de difícil acesso à água e longe das cidades. Além do incômodo da remoção, elas ainda reclamam não ter sido devidamente indenizadas. Delas foram retiradas sua fonte de renda - a terra. A construção da hidrelétrica pela Camargo Córrea também provocou a remoção de 400 famílias, que viviam do cultivo do milho e da pesca (SCHLESINGER, 2013).

Nas palavras de Márcio Lopes Córrea (2010), as mudanças promovidas pela cooperação internacional

“[...] precisam impactar os índices de qualidade de vida e de desenvolvimento humano da sociedade do país beneficiário [...], bem como de sua matriz produtiva, de maneira a fortalecer os processos sociais, econômicos e políticos necessários para se obter uma eficaz relação de equilíbrio entre diferentes grupos de interesse, base para a estabilidade política, promoção da democracia, respeito coletivo à lei e, não menos importante, requisito essencial para a perpetuação de um círculo virtuoso de progresso. O real desenvolvimento somente tem lugar quando um cidadão passa a ter acesso a todos os instrumentos para o exercício pleno de sua cidadania, capacidade produtiva, criatividade intelectual e expressão cultural” (pág.43).

De forma similar ao que acontece em relação aos países latinos, é preciso ter cuidado ao explorar as potenciais vantagens competitivas em África. Segundo Oliver Stuenkel (2014), se o modelo de desenvolvimento aplicado pelo Brasil não observar as questões sociais, “o tapete vermelho estendido em todo o continente para dar as boas-vindas ao Brasil rapidamente será recolhido” (sem p.), sobretudo diante do histórico de políticas de “boas intenções” que acabaram por prejudicar as expectativas de desenvolvimento africano. O maior desafio seria mostrar que as “vantagens mútuas da

parceria com os países africanos fazem sentido não apenas para os analistas africanos, mas também para o povo do continente” (STUENKEL, 2014, sem p.). O que se percebe atualmente nos projetos agrícolas em Moçambique é o uso bastante falho da lei, com notável falta de participação popular no processo de concessão de DUATs a grandes empresas, desrespeitando inclusive a prerrogativa de não-ocupação da área.

Como já comentado, há um processo de Consulta Comunitária, com etapas claramente delimitadas, para que o título de uso e aproveitamento de terras seja concedido a estrangeiros. É necessário que o projeto a ser desenvolvido naquela área seja distribuído e discutido entre a comunidade local, levantando-se objetivos e metodologias, vantagens e desvantagens. Além disso, é necessário fazer o levantamento e arquivamento da história, cultura e organização social daquele lugar, do uso da terra e de outros recursos, para então realizar demarcações e definir fronteiras comunitárias. Todo esse processo deve ser acompanhado e assinado por, no mínimo, três representantes da comunidade que possuam títulos de ocupação na vizinhança e pelo administrador do distrito. Em outras palavras, a Lei dá poder de veto à comunidade para barrar os investimentos estrangeiros (GERMAN ET AL., 2011).

No entanto, a voz moçambicana está sendo calada e oprimida pela aliança capital – Estado, sobretudo a partir da interferência política desde os mais altos escalões. “Current evidence is that local people’s capacity to bargain or give free consent to investments is limited by their lack of access to economic and institutional alternatives” (VERMEULEN; COTULA, 2010). Muito do processo de consulta é reduzido a uma única reunião, da qual participam comitês formados exclusivamente por familiares de líderes locais com ganhos diretos nas negociações (NHANTUMBO; SALOMÃO *apud* GERMAN ET AL., 2011). A Lei de Terras também estabelece a obrigatoriedade de licenças ou autorizações ambientais compatíveis com o projeto a ser desenvolvido, o que também é negligenciado pelos órgãos que concedem o DUAT. Recentemente, foi defendida a centralização das concessões em um único órgão, além de novas medidas para concessão a partir de critérios de produtividade. Em outras palavras, terá direito ao uso da terra quem for capaz de produzir mais, o que claramente favorece as grandes empresas estrangeiras (VERMEULEN; COTULA, 2010).

Em maio de 2013, 23 organizações e movimentos sociais moçambicanos redigiram carta aberta aos governos envolvidos no ProSAVANA, em sinal de protesto a falta de debate amplo e profundo sobre o projeto. Essa ação teve o apoio declarado de

43 movimentos e organizações internacionais, e elencou uma série de consequências sociais e ambientais que trariam prejuízos a Moçambique. Após a divulgação dessa carta, comenta Gregório Abudo, presidente da União Provincial das Cooperativas de Nampula (UPCD): “o governo convidou-nos a algumas reuniões, mas tudo que nos foi mostrado foram apresentações em Power Point, sem nenhuma oportunidade de levantar questões. Queremos transparência. Queremos saber dos detalhes”. Para Alice Mabota, presidenta da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, o principal erro está na retirada coerciva de camponeses, seguido dos problemas ambientais: “este programa pelo que nos leva crer, vai obrigar a queima da terra, e posterior o uso de adubos, e as nossas terras poderão ficar pobres” (FERNANDO, 2014).

A Justiça Ambiental Moçambicana (JA!) se posiciona em favor dos padrões de sustentabilidade das comunidades locais, entendida como a aceitação do ProSAVANA apenas se a própria população tiver meios para considerar suas vantagens e desvantagens, bem como diante de monitoramento e avaliação periódica do cumprimento dos acordos. Para a JA!, é indispensável que os empregos a serem criados sejam dignos e permanentes, e que seja observada a segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas. Quanto às questões ambientais, atenta-se para a proteção da biodiversidade e das espécies nativas, para o uso correto de agroquímicos e para a não utilização de sementes geneticamente modificadas. Para Vanessa Cabanelas, membro da JA!: “ProSAVANA não é solução para agricultura moçambicana. Este vai resolver o problema do Japão com a Soja e do Brasil com a terra”. O movimento Justiça Ambiental acredita que, com o ProSAVANA, o Brasil exporta um modelo de desenvolvimento agrário falho no próprio país, que gerou quadros de insegurança alimentar e luta popular pelo acesso à terra, o que gera preocupações quanto à possibilidade futura de movimentos de sem-terra em Moçambique. O ProSAVANA “promete elevar produtividade, mas introduziria, de contrabando, monocultura, agrotóxicos e concentração fundiária” (FERNANDO, 2014).

A União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC), liderada por Agostinho Bento, acredita que o resultado do ProSAVANA será a usurpação de terras camponesas com fins de instalação de monoculturas industriais exportáveis, colocando em risco em risco a alimentação, o acesso à água potável e a soberania das sementes das populações. Em nota oficial, a UNAC afirma: “condenamos a vinda em massa de fazendeiros brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e

camponeses moçambicanos em seus empregados e trabalhadores rurais” (CANAL DE MOÇAMBIQUE, 2013, p.17). Esse movimento defende que a via campesina é o único meio capaz de criar empregos dignos e duradouros, além de produzir alimentos de qualidade. Considera-se que a expansão do agronegócio causará, dentre outros, o empobrecimento das comunidades locais e a redução das alternativas de sobrevivência; surgimento de movimentos de sem-terra; desequilíbrio ecológico. Como já comentado, a EMBRAPA mantém estações de pesquisa em Nampula e Lichinga, e traz variedades de soja, milho e algodão do Brasil para testar sua adaptabilidade às condições locais do Corredor de Nacala.

Diante da movimentação brasileira, moçambicana e japonesa, estatal e privada, desde o começo dessa década, entendemos o porquê dos receios do povo moçambicano. Em 2010, Kátia Abreu - então presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Senadora pelo DEM/TO - reiterou o papel brasileiro na disponibilização de tecnologia e suporte a pesquisa agropecuária para Moçambique, enquanto comissões de técnicos e empresários visitavam o país africano. Ela afirmou: “Moçambique tem localização muito especial, não só em relação ao mercado africano, mas também ao Oriente Médio, além de China e Japão para direita e Brasil e América Latina para a esquerda”. Em 2011, Kátia Abreu recebeu em Brasília o então Ministro de Agricultura e Pesca de Moçambique, José Pacheco. Na ocasião, discutiram as oportunidades de investimentos brasileiros no agronegócio moçambicano, durante o seminário “Agronegócio em Moçambique: Cooperação Brasil-Japão e Oportunidades de Investimento” (FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 2010; 2011).

Diante dos fatos, podemos nos perguntar se a atuação do Estado brasileiro em um esforço declarado de cooperação para o desenvolvimento é, na verdade, um indicativo da aliança capital-Estado, segundo a perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo. Considerando a segunda opção e o que Giovanni Arrighi (1997) considera como *ilusão de desenvolvimento*, seria contraditório realizar parcerias entre o setor público e o privado para promover o desenvolvimento em Moçambique. O setor privado representa o capital, essencialmente transnacional e sedento por lucro. Por conseguinte, transferir processos produtivos que não são mais lucrativos no Brasil significa reorganizar a economia-mundo de modo a manter a maior taxa de lucro possível e assegurar a acumulação de capital, aprofundando as desigualdades entre os Estados.

Considerações finais

A perspectiva da Teoria dos Sistemas-Mundo, por considerar o sistema-mundo como unidade de análise e atribuir papel e importância específicos para a Semiperiferia, é útil para tratarmos da expansão do agronegócio brasileiro para a Periferia. Ainda que sofra bastantes críticas e não exista unanimidade para sua definição, podemos usar a ideia de *Semiperiferia* para analisarmos aqueles países que de posição intermediária na economia-mundo e se mantêm entre o papel de explorado e de explorador, entre muito ricos e muito pobres. Como mostrado no presente trabalho, é preciso observar o papel do Estado e do capital (estrangeiro) para entender o salto brasileiro da Periferia em direção a Semiperiferia, e como as relações internacionais brasileiras foram repensadas, a partir da década de 1960. O Brasil era – e ainda é – visto como importante receptor de investimentos estrangeiros diretos. Mas, essa não é mais o único tipo de inserção brasileira no mercado internacional. Nas últimas décadas, o país também se tornou um importante investidor. Em 2006, o montante de investimentos realizados foi superior ao montante de investimentos recebidos (FUNCEX, 2008). Mas, como nos lembra a abordagem dos Sistemas-Mundo, esses processos não são apenas resultados técnicos ou econômicos: é preciso observar a conjuntura política que baseia as relações capital-Estado.

Tratando do setor agrícola, em aproximadamente duas décadas (1960 – 1980), a agricultura brasileira saiu de um padrão agrícola artesanal, sofrendo transformações na base técnica da produção e a organização social de então, até chegar ao estágio atual de desenvolvimento, em que a indústria e a agricultura se confundem, passando da condição de importador para autossuficiente e exportador de produtos agrícolas. Atualmente, dentre os dez principais produtos exportados pelo Brasil, oito são do agronegócio (ALICEWEB *apud* DA SILVA JUNIOR, 2015). Um dos principais responsáveis por esse resultado foi o aumento da produtividade a partir de tecnologia.

“Se a produtividade registrada em 1976 fosse mantida, seriam necessários 159 milhões de hectares para se produzir os atuais 200 milhões de toneladas, ou seja, quase três vezes os 57 milhões de hectares plantados (CONAB *apud* DA SILVA JUNIOR, 2015). Como observado por essa perspectiva teórica, classificamos os países em Periferia, Semiperiferia ou Centro de acordo com a proporção de atividades produtivas periféricas ou centrais em seus territórios, ao estudarmos cadeias de mercadorias. Na cadeia de

soja, commodities destaca nesse estudo, temos diversos processos produtivos: plantio, logística de transportes e seguros, processamento e beneficiamento, pesquisa e financiamento, etc. Estas etapas apresentam diferentes índices de lucro, são resultados de diferentes tipos de demanda e seus retornos são retidos por diferentes atores. Por isso, segundo a visão estruturalista da Teoria dos Sistemas-Mundo, cada uma dessas atividades se concentra em países diferentes, dentro da economia-mundo.

Sem dúvidas, projetos como o PRODECER foram fundamentais para alterar a realidade rural (em especial das regiões menos capitalizadas) do Brasil e promover melhores resultados na balança comercial do país. Hoje, o Brasil não é mais apenas um *celeiro*, como se costuma chamar os países voltados apenas à produção de bens agrícolas. Após a década de 1980, o país passou a atrair IED também para os setores industriais e de serviços em áreas relacionadas ao agronegócio (dando origem aos chamados *complexos agroindustriais*) e atualmente apresenta produtividade média semelhante aos níveis estadunidenses na produção de soja e milho, principais commodities exportadas pelo país latino. Também já apresenta centros de pesquisa de referência e que atraem o interesse internacional (inclusive dos países do Centro), como é o caso da EMBRAPA. As principais preocupações brasileiras no setor primário, atualmente, estão concentradas no sistema de transporte e logística: investir em *sustentabilidade estratégica*¹⁸. É preciso melhorar a gestão de escoamento da produção até os portos, investir em modais mais eficazes, evitar desperdícios (CASTRO C, 2015).

Então, após quatro décadas da implantação do PRODECER (1974), Brasil e Japão exportam juntos esse modelo de desenvolvimento para Moçambique, a partir do PROSAVANA. É importante notar que mesmo o papel brasileiro no projeto de cooperação em Moçambique não foi determinado pelo Brasil, como especulam Osada (1999) e Funada-Classen (2013). Ainda que haja o interesse claro de vários setores brasileiros, foi a necessidade japonesa de garantir a oferta de alimentos a responsável por alavancar o PROSAVANA, em contexto mundial similar ao da primeira metade da década de 1970. No entanto, considerando os projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento, o Brasil saiu do papel de receptor (PRODECER) para ser cooperante (PROSAVANA).

¹⁸ Termo cunhado por John Elkington (1997) e indica a necessidade de harmonizar as questões corporativas, ambientais e sociais para obtenção de lucro (CASTRO, C, 2015).

Sendo um projeto de cooperação técnica no setor agrícola, o Brasil deveria atuar capacitando indivíduos e instituições, visando desenvolver capacidades a serem empregadas de forma autônoma pelos receptores. No entanto, não fica claro como o governo brasileiro atua capacitando órgãos públicos moçambicanos ou a sociedade civil, para promover o desenvolvimento. Mas, são claros os ganhos brasileiros na expansão do agronegócio em África: a internacionalização da produção agrícola gera menores custos operacionais; menores riscos de mercado e menor risco de dependência a uma só safra, além dos ganhos de abertura ao mercado moçambicano. Lembro que ter algum tipo de lucro ou vantagem não contradiz o propósito da cooperação internacional para o desenvolvimento. No entanto, é necessário investigar até que ponto uma ação rotulada como cooperativa realmente promove o desenvolvimento nos países receptores. E, além disso, o que é entendido como *desenvolvimento*. Com o discurso de defesa da segurança alimentar, agricultores locais são expulsos das terras que legalmente ocupam. Para que os objetivos de desenvolvimento sejam alcançados, a sociedade civil deveria assumir um papel de maior proeminência na estratégia brasileira para a África (STUENKEL, 2014).

A intencionalidade de se estudar os casos brasileiro e moçambicano sob a ótica da perspectiva dos Sistemas-Mundo foi de refletir sobre a expansão do capital ao redor do globo e o impacto dessa expansão sobre o desenvolvimento de países semiperiféricos e periféricos. Os dados apresentados nesse trabalho mostram as diferenças significativas em relação à produção e exportação agrícola brasileira, em especial de soja, entre 1960 e a safra 2013/2014, à custa da aliança Estado-capital. O Estado brasileiro atuou diretamente no desenvolvimento agrícola nacional e, hoje, também atua de forma direta na expansão do modelo latifundiário para países menos desenvolvidos, por meio de bancos e empresas estatais (como o BNDES e EMBRAPA) e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC. Isso só é possível porque os Estados vivem diferentes tempos históricos, de acordo com o grau de inserção de capitalismo em suas economias e, consequentemente, a qual estrato da economia-mundo pertencem organicamente. Em outras palavras, Moçambique hoje é o Brasil de 1960. No entanto, o Brasil ainda preserva bastantes características de quando iniciou seu processo de modernização conservadora (características periféricas).

Segundo a análise realizada por Agostina Costantino (2014), a única variável que mostra uma diferença estatisticamente considerável entre os países investidores e

receptores de investimento em terras é o PIB per capita. Costantino considera os parâmetros do Banco Mundial para definir o nível de renda dos países e encontra que, dos países que são apenas receptores de investimentos fundiários, 90,5% apresentam baixo nível de renda e têm os menores níveis de renda-média dentre os analisados. Por outro lado, 93,7% dos países que apenas investem em compra de terras no exterior apresentam altos níveis de renda ou renda superior a média (p. 35). A autora afirma que a abundância em recursos naturais ou mesmo o grau de governança são menos condicionantes na definição de um país como *grabbed* ou *grabber land*¹⁹. Ainda que essa análise mereça ser aprofundada, os dados encontrados são significativos. Os dados encontrados por Costantino são válidos para entender o maior interesse por terras latinas e africanas, Periferias do Sistema-Mundo e corroboram com o estudo de Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (1986), Volker Bornschier e Bruno Trezzini (1997) e outros autores citados neste trabalho. Nas palavras de Immanuel Wallerstein:

“In those states in which the state machinery is weak, the state managers do not play the role of coordinating a complex industrial-commercial-agricultural mechanism. Rather, they simply become one set of landlords amidst others, with little claim to legitimate authority over the role” (WALLERSTEIN, 2003, p.501).

Ainda que haja fraca governança, o Estado receptor não deve ser visto como um ator passivo. Na maioria das vezes, ele atua de forma contraditória: conduz a direção para acumulação de capital estrangeira, ao mesmo tempo em que tenta manter o mínimo grau de legitimidade política. Considerando a existência de fatores prévios de dependência, ao ser um elo fraco em uma economia-mundo, o próprio Estado periférico necessita atrair capital e ser nós em cadeias de mercadoria para sobreviver no sistema-mundo, na condição de Estado politicamente soberano. Mantendo a argumentação de Costantino (2014), o relatório *Rising Global Interest in Farmland* (publicado pelo Banco Mundial em 2011) afirma que 75% dos países pobres do mundo estão em áreas rurais e se dedicam à agricultura como atividade econômica principal. A agricultura é vista, nesse relatório, como um meio de promover desenvolvimento econômico e

¹⁹ *Grabbed land* se refere àquele que concede terras, enquanto *grabber land* se refere àquele que busca terras em outro Estado.

melhorar a qualidade de vida, se for priorizado o aumento da produtividade dos pequenos agricultores, com mais e melhores investimentos em tecnologia agrícola, infra-estrutura e acesso ao mercado. No entanto, não é isso que vemos nos projetos de incentivo à agricultura que acontecem em Moçambique nem dos que já acontecem no Brasil há algumas décadas, a exemplo do PROSAVANA e do PRODECER. No entanto, a valorização do pequeno agricultor e a diversificação das atividades no meio rural foram medidas observadas durante revoluções agrícolas nas economias de Centro. É preciso que o IED no setor agrícola seja sustentável (do ponto de vista econômico e ambiental) e contribua para o desenvolvimento local, principalmente das classes menos abastadas. Para que as oportunidades sejam melhores aproveitadas pela comunidade receptora, é preciso assegurar melhores leis fundiárias e melhorar a governança de terras.

Assim, as atividades mais primitivas tendem a se concentrar nos países mais periféricos. Mas, é preciso lembrar que o status das atividades mudam ao longo do tempo, de acordo com a conjuntura político-econômica. Se entendermos *agricultura* como um simples processo de plantio e colheita, em que a natureza é a principal responsável pelo resultado, arrisco dizer que estaríamos falando do processo produtivo mais primitivo possível. Talvez essa etapa seja a única da cadeia agrícola que (ainda) não foi industrializada. E é essa etapa produtiva que caracteriza a realidade – e mantém a vida - da maioria das famílias moçambicanas. Uma vez que, atualmente em Moçambique, o solo é um bem que apresenta maior valor de uso que valor de troca, é de bastante interesse do capital utilizá-lo e diminuir os custos totais de produção agrícola (favorecendo a acumulação de capital), principalmente diante do caso brasileiro, em que é mais lucrativo atuar no mercado imobiliário. Como resultado ao nível de economia-mundo, vemos a retração de 50 milhões de hectares em países desenvolvidos e expansão de 120 milhões de hectares em países em desenvolvimento (com destaque para África subsaariana e América do Sul). A FAO estima que serão expandidos 70 milhões/ha de novas áreas, até 2050, apenas para produção de cereais (FAO, 2009, *apud* DA SILVA JR, 2015).

Nesse contexto, e corroborando com a ideia de modernização conservadora, “O ProSavana é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto levar em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala” (CANAL DE MOÇAMBIQUE, 2013, p.17). A

atuação brasileira em África e América do Sul representa um processo produtivo central em busca de ganhos de escala, a partir da expansão de processos industriais de ponta e de serviços para a primeira região e dos processos mais básicos para o continente africano. No entanto, o Brasil se mantém em posição periférica diante dos Estados Unidos e muitos países europeus, que também tem ganhos de escala em toda região latina, além dos ganhos financeiros a partir da financeirização do capital já investido no Brasil. Essas assimetrias também são percebidas internamente no Brasil. Investimentos nas regiões Norte, Nordeste e no perímetro amazônico se intensificaram apenas nas últimas décadas, diante do relativo esgotamento das terras no Sul e Sudeste.

Referências bibliográficas

AABO, E.; KRING, T. **The Political Economy of Large Scale Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Livelihoods/Employment Creation in Rural Mozambique.** United Nations Development Program, 2012.

ABDENUR, Adriana. The Strategic Triad: Form and Content in Brazil's Triangular Cooperation Practices. **International Affairs Working Paper**, Nov. 2007.

AFRICAINFOMARKET. **Países.** Banco de dados. Disponível em <
<http://www.africainfomarket.org/>>. Acesso em 28 Jan. 2015.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E
INVESTIMENTOS – APEX. **Moçambique. Perfil e oportunidades comerciais.**

Brasília: 2011. Disponível em <
http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/mocambique_16102012174443.pdf>.
Acesso em: 13 Abr. 2014.

AGROANALYSIS. FGV lança Fundo pioneiro de investimentos em agronegócio. In **AgroAnalysis, a revista de agronegócios da FGV.** São Paulo: Ago.2012.

ALMEIDA, E.; KRAYCHETE, E. O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? **Astrolábio**, nº10. Córdoba: 2013.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo.** Tradução de Beatriz Resende. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento.** Tradução de Sandra Vasconcelos. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

_____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Tradução de Vera Ribeiro. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. The Stratification of the World-Economy: an Exploration of the Semiperipheral Zone. **Review**, London, v. X, n. I, p. 9-74, Summer 1986.

BAIR, J. Editor's Introduction: Commodity Chains in and of the World-System. **American Sociological Association**. Vol. 20, N. 1, p.1-10, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington D.C., 07 Set. 2010.

Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>>. Acesso em: 06 Maio 2015.

BENITES, D. G. F. A internacionalização de empresas brasileiras e a necessidade de uma nova estratégia para as relações com o MERCOSUL. **Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI)**. Porto Alegre, 21-23 Maio 2013.

BOLFE, E. L.; BATISTELLA, M.; RONQUIM, C.C.; HOLLER, W.A.; MARTINHO, P.R.R.; MACIA, C.J.; MAFALACUSSER, J. Base de dados geográficos do “Corredor de Nacala”, Moçambique. **Anais – XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**. Curitiba, 30 Abr-18 Maio 2015. P. 3995-4002.

BORNSCHIER, V.; TREZZINI, B. **Social Stratification and Mobility in the World System: Different Approaches and Recent Research**. Department of Sociology: University of Zurich, 1997.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. 21ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRASIL. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/> >. Acesso em 06 Maio 2015.

_____. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. 4ª edição. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2014. Disponível em <

<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Manuais> >. Acesso em: 20 Ago. 2015.

_____. **ESTADOS UNIDOS: Comércio Exterior**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Jan/2015. Disponível em <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDEstadosUnidos.pdf>>. Acesso em 02 Jul. 15.

_____. **Parecer LA-01**. Dispõe sobre a Aquisição de Terras por Estrangeiros. Advocacia Geral da União. Brasília, 19 Ago. 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/PRC-LA01-2010.htm>. Acesso em 02 Jul. 2015.

_____. **Projeto de Lei nº 2.376/07**, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural, por pessoas estrangeiras, em todo o território nacional. Câmara de Deputados. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373948>>. Acesso em 02 Jul. 2015.

BUAINAIN, A.; ROMEIRO, A.; GUANZIROLLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo real. **Sociologias**. Ano 5, nº10. Porto Alegre, Jul/Dez 2003. P. 312-347.

BYERLEE, D.; BINSWANGER, H.P. **Awakening Africa's Sleeping Giant: Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond**. Washington D.C., World Bank, 2009.

CASTRO, A. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2002.

CANAL DE MOÇAMBIQUE, **Interesses que movem ProSavana**. 06 mar. 2013, p.16-17.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA.

PIB do Agronegócio de 1994 a 2013. Banco de dados. Disponível em < <http://cepea.esalq.usp.br/pib/> >. Acesso em 02 Jul. 15.

CHASE-DUNN, C. Comparing World-Systems: toward a theory of a semiperipheral development. **Review**, V. 19, Fall 1988. P.29-66.

_____. Contemporary Semiperipheral Development: the Regimes and the Movements. Trabalho apresentado em Santa Barbara Global Studies Conference.

Institute for Research on World-Systems. University of California: Riverside, 22-23 Feb. 2013.

_____. Resistance to Imperialism: Semiperipheral Actors. **Review**. London, v. XIII, nº 1, 1990a. P. 1-31.

_____. World State Formation: Historical Processes and Emergent Necessity. **Political Geography Quarterly**, Vol. 9, N. 2. Apr. 1990b, p. 108-130.

CLEMENTS, E.; FERNANDES, B. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Land Deals Politics Initiative -LDPI**, Oct.17-19th 2012.

COMPANHIA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA - CAMPO. **Prodecer**. Brasília, sem data. Disponível em < <http://www.campo.com.br/proceder/> >. Acesso em : 17 Jul 2015.

CORREA, Márcio Lopes. A Cooperação Internacional como instrumento de Desenvolvimento. In **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília: 2010.

COSTA, J.; RIMKUS, L.; REYDON, B. **Agricultura Familiar: tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda**. Apresentação oral em 46º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco, Brasil. 20-23 Jul. 2008.

COSTANTINO, A. Land Grabbing in Latin America. **Agrarian South: Journal of**

Political Economy, v.3, n, 1, 2014. P.17-43.

CRIBB, A.Y. Verticalização agroindustrial e gestão cooperativista: em busca de subsídios para estratégias produtivas e comerciais na agricultura familiar. Apresentação oral em **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**. Rio Branco, 20-23 jul. 2008

DA SILVA JUNIOR, J. Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil. In **PONTES: Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável**. Vol. 11, nº5, Jul./2015.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil (1950-2003). In JACCOUD, L. (Org.). **Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Cap.2, 51 – 90.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA - EMBRAPA. **Paralelos: Corredor de Nacala**. BATISTELLA, M. BOLFE, E (org.). Campinas, São Paulo: 2010.

_____. **Soja em números (safra 2012/2013)**. Disponível em http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=1&op_page=294>. Acesso em: 11 Mar. 2014.

_____. **Portal Embrapa – Notícias** - ProSavana contará com tecnologias da Embrapa Hortaliças. **Brasília, 14 Jan. 2010**. Disponível em < <http://www.cnph.embrapa.br/paginas/imprensa/releases/prosavanas.html> >. Acesso em: 29 Ago. 2014.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL –

FAMASUL. **CNA aposta em Moçambique como grande produtor de alimentos.** 22 Nov. 2010. Disponível em < http://famasul.com.br/noticias_interna/cna-aposta-em-mocambique-como-grande-produtor-de-alimentos/5774/ >. Acesso em: 02 Jul. 2015.

_____. **Presidente da CNA recebe ministro da Agricultura de Moçambique, José Pacheco.** 27 Apr. 2011. Disponível em < http://famasul.com.br/noticias_interna/presidente-da-cna-recebe-ministro-da-agricultura-de-mocambique-jose-pacheco/7940/ >. Acessado em: 02 Jul. 2015.

FERNANDES, F. Padrões de Dominação Externa na América Latina. In **Capitalismo Dependente**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. P. 11-32.

FERRO, A. **Comportamentos dos preços de terras em região de fronteira agrícola e em áreas tradicionais.** Dissertação (Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, 2012.

FERRO, A. DE CASTRO, E. Determinantes do Preço de Terras no Brasil: uma análise de região de fronteira agrícola e áreas tradicionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol.51, Nº3. Piracicaba, Jul/Set 2013. p.591-610.

FIORI, J.L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. **Textos para Discussão CEPAL – IPEA**, N. 42. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

FLEXOR, G.; VIEGAS, S.; LIMA, M. **A expansão da cadeia da soja na Amazônia: os casos do Pará e do Amazonas.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2006.

FUNADA-CLASSEN, S. **Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSavana em Moçambique: enfoque no papel do Japão.** Tóquio: Tokyo University of Foreign Studies, 20 Jan. 2013.

GERMAN, L.; SCHONEVELD, G.; MWANGI, E. Processes of Large-Scale Land Acquisition by Investors: Case Studies From Sub-Saharan Africa. Artigo apresentado

em **International Conference on Global Land Grabbing**. Center for International Forestry Research. Bogor, Indonesia, 2011.

HAGE, F.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica. **Textos para Discussão** Nº 114. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Jun/2012.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**. V.21, N.1. Campinas, 2014. P. 417-421.

HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Patterns of Development of the Modern World-System. In: HOPKINS, T. et al. **World-Systems Analysis: Theory and Methodology**. Beverly Hills: Sage Publications LTDA. Vol. 1, 1982. Chap. 2, 41-82.

LIMA, P. G. C. Posicionamento no Sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**. V. 10, N. 2. Florianópolis, Jul./Dez. 2007. P. 58 -85.

LOURENÇO, A. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.14, n(1) 24,Jan/Jun. 2005. P.177-186.

LUQUE, A.; VASCONCELLOS, M. Considerações sobre o problema da inflação. In: PINHO, D. V.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de Economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 336-351.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I. O processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 19/97, de 01 de outubro de 1997. Dispõe sobre a legislação fundiária em Moçambique. Disponível em <://www.consuladodemocambiqueporto.pt/files/legislacoes/Legislacao_de_Terras.pdf>. Acesso em: 15 Jul 2015.

OSADA, N. PRODECER: Projetos no cerrado e dívidas agrícolas. **Carta Asiática**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

PARAGUAY.COM. Imputan a representante de Favero. Asunción, 29 nov. 2013. Disponível em <<http://www.paraguay.com/nacionales/imputan-a-representante-de-favero-99172>>. Acesso em: 6 maio 2015.

PARAGUAY RESISTE. Invasión brasileña en Paraguay: Favero invadió y depredó Parques Nacionales Ñacunday y Yacui. Asunción, 11 set. 2012. Disponível em <<http://paraguayresiste.com/invasion-brasilena-en-paraguay>>. Acesso em: 6 maio 2015

PEINADO, J. **La estructura teórica Centro/Periferia y el análisis del Sistema Económico Global: ¿Obsoleta o necesaria?**. Apresentação em la XII Reunión Internacional de Economía Mundial. Santiago de Compostela, Mayo 2010.

PEREIRA, M. A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano. **Revista de Ciências Humanas**, V. 12, N.2. Viçosa, Jul./Dez.2012, p. 446-460.

PIRES, M.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Vol. 40, Nº 3. Jul-Set, 2009.

PROSAVANA. **Sobre o Programa - O que é o ProSavana?** Maputo, 2013. Disponível em < <https://www.prosavana.com/index.php?p=pagina&id=27>>. Acesso em: 09 Mar. 2014.

RADICE, H. Halfway to Paradise? Making Sense of the Semiperiphery. In MOORE, P., WORTH, O. **Globalisation and the 'New' Semi-Peripheries in the Twenty-First Century**. Palgrave: Peterborough, Canada, 2009.

RIBEIRO, F.J.; LIMA, R. C. **Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenhos, estratégias e políticas. Relatório final**. Rio de Janeiro, SDC/FUNCEX: Jul/ 2008.

RONCONI, B. **Zonas econômicas intermediárias na Economia-mundo: o debate entre os conceitos de semiperiferia e subimperialismo**. 2011. 57f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

RUVALCABA, D. M. Inside the BRIC: analysis of the semiperipheral character of Brazil, Russia, India and China. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. V.2, N.4, Jul-Dec. 2013, p.141-173.

SANTOS, Marcelo. A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política externa. **Análisis político**, nº 77. Bogotá, Ene.- Abr 2013. P. 195-210.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª edição. Rio de Janeiro, Record: 2008.

SANTOS, F.P.; NAMIZAKI, G.E.; DE SOUZA, J.M. **Mudanças no padrão agrícola brasileiro: do modelo periférico ao modelo semiperiférico, um ensaio**. Apresentado em IV Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires, 9 a 11 Nov. 2005.

SAUER, S.; LEITE, S. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, V.50, Nº3. Piracicaba, Jul/Set -2012, p.503-524.

SCHLESINGER, Sérgio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África. O caso do ProSavana em Moçambique**. 1ª edição. Maputo: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2013.

SENHORAS, E. M. Institucionalização da dinâmica de transnacionalização regional de empresas na América do Sul. **Revista Geográfica de América Central**. Vol. 2, N. 47E. Costa Rica, 2011.

TERLOUW, K. **Semi-Peripheral Developments: From World-Systems to Regions.**

Urban and Regional Research Center of Faculty of Geographical Sciences: Utrecht, 2003.

VERMEULEN, S.; COTULA, L. Over the heads of local people: consultation, consent, and recompense in large-scale land deals for biofuels projects in Africa. **The Journal of Peasant Studies.** London: Routledge, 2010.

VITTE, C.C.S. Dinâmica do Mercado de Terras Agrícolas e a Demanda de Recursos Hídricos para a Produção Agropecuária na América do Sul: Agentes Geoeconômicos e Desafios para a Integração Regional. Apresentado em **XIII Seminário Internacional RII.** 01-4 Set. 2014.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de Sistema-Mundo: una introducción.** 6ª edición. México: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

_____. Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. **Theory and Society**, Vol. 3, N. 4, p. 461-483, Winter 1976.

_____. States? Sovereignty? In: **The End of the World as We Know it: Social Science for the Twenty-first Century.** 2nd edition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. Chapter 4. P. 57-75.

_____. **The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations.** 1st edition. Cambridge: University Press, 1984.

WELLE, D. Expansão brasileira é considerada imperialista por alguns vizinhos. **Carta Capital**, 16 Jan. 2013. Disponível em <
<http://www.cartacapital.com.br/internacional/expansao-brasileira-e-considerada-imperialista-por-alguns-vizinhos/>>. Acesso em 19 Set. 2015.

WESZ JUNIOR, W. **Dinâmicas e estratégicas das agroindústrias de soja no Brasil.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

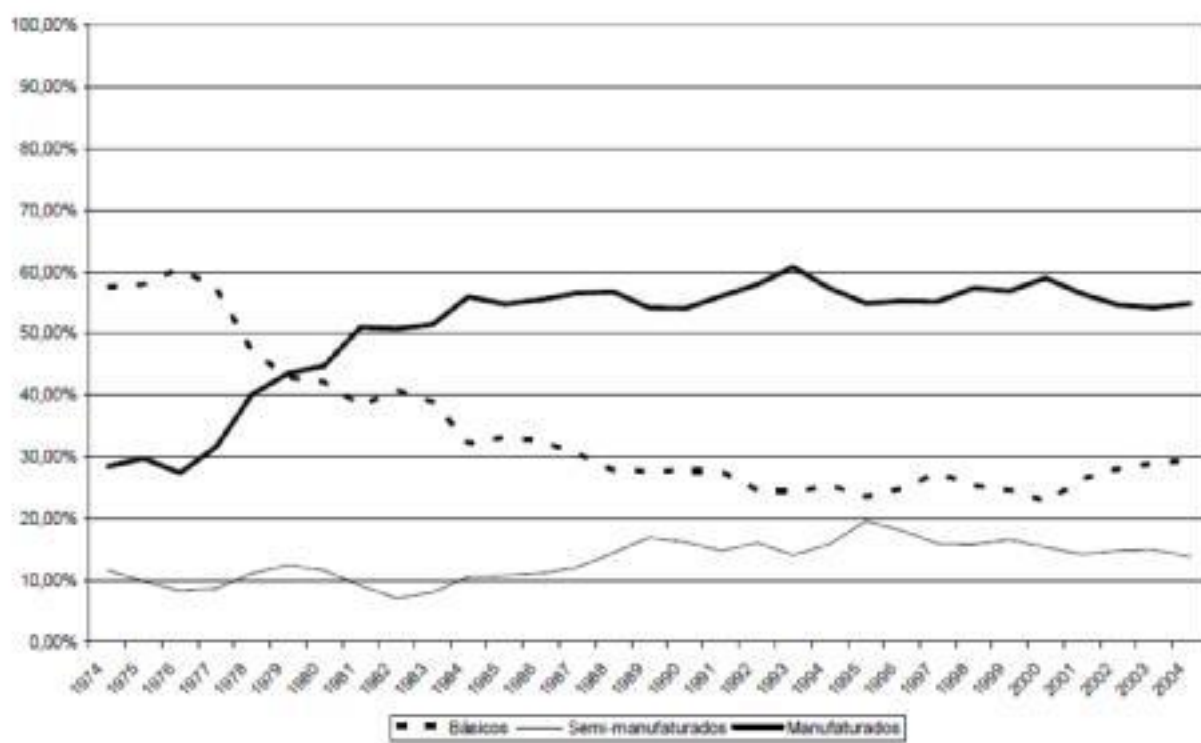
ZAIA, C. Rumo à África. Governo e empresas do Brasil e Japão, e também organismos internacionais, unem forças para investir no potencial agrícola de Moçambique.

Dinheiro Rural, Edição 94. Brasília: ago. 2012. Disponível em < <http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/agronegocios/rumo-africa>>. Acesso em: 19 Set. 2015.

ZACARIAS, A. ProSavana: o Brasil agora exporta latifúndios? **Outras Mídias**, 07 Jan. 2014. Disponível em < <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/prosavana-o-brasil-agora-exporta-latifundios/>>. Acesso em: 02 Jul. 2015.

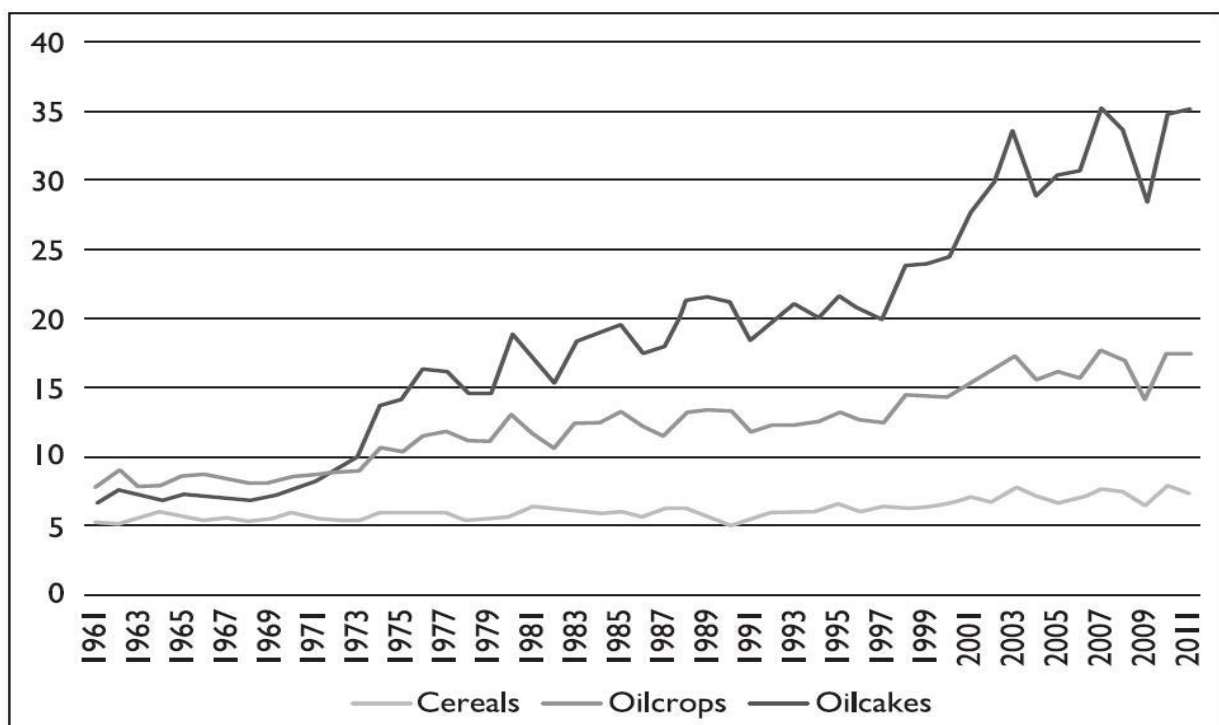
Anexos

Gráfico 1: Participação relativa (%) do setor agrícola no PIB brasileiro
(1974-2004)



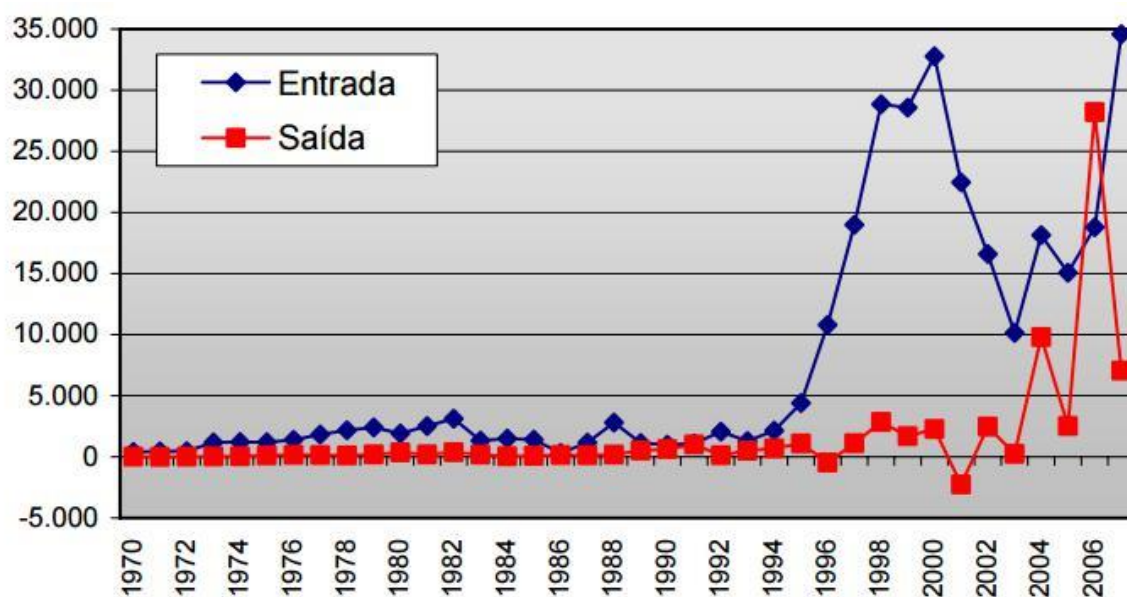
Fonte: IPEADATA (2005, *apud* SANTOS et al., 2005).

Gráfico 2: Participação (%) da América Latina na produção mundial de *selected crops* (1961 -2011)



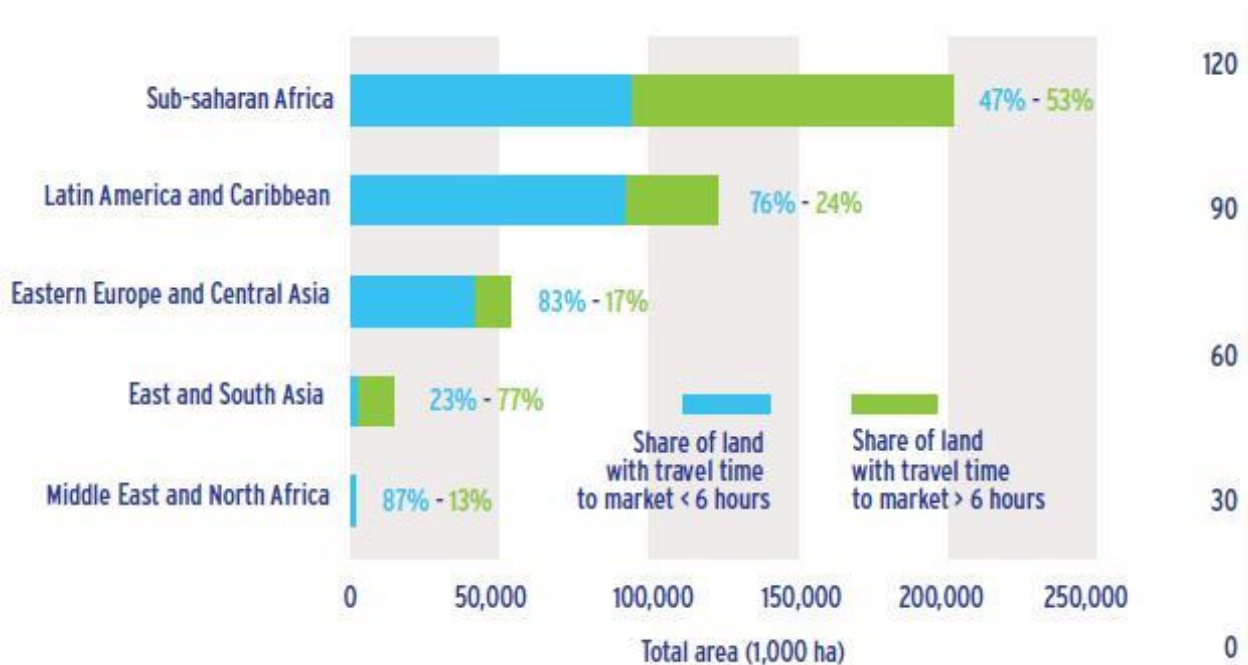
Fonte: FAO (2011, *apud* COSTANTINO, 2014).

Gráfico 3: Fluxo de investimentos brasileiros diretos, em US\$ milhões
(1970 – 2007)



Fonte: UNCTAD (2007, *apud* RIBEIRO; LIMA, 2008).

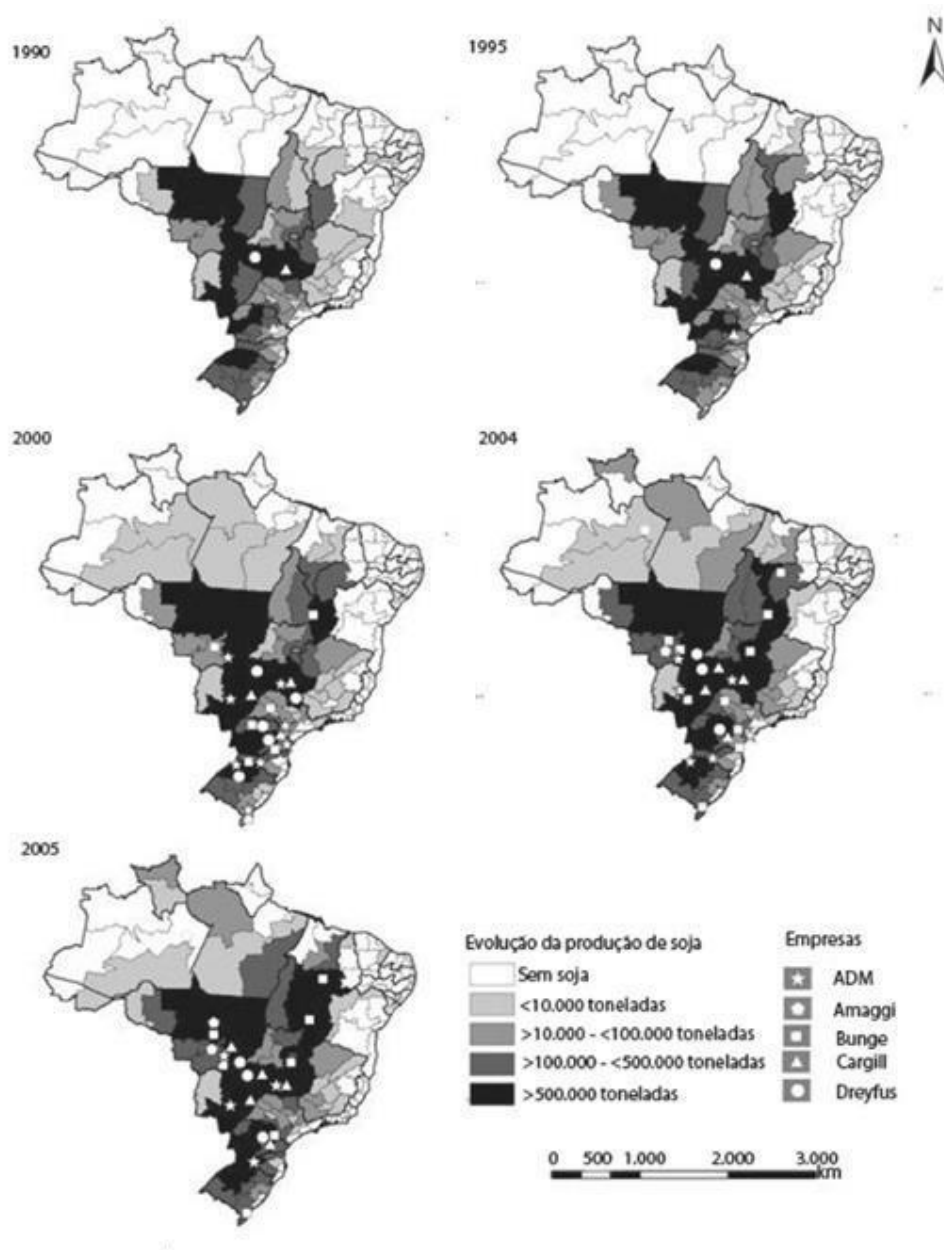
Gráfico 4: Disponibilidade potencial de terra não-cultivada, em diferentes regiões do mundo



Fonte: FISCHER, SHAH (2010, *apud* GERMAN, SCHONEVELD, MWANGI, 2011).

Nota: Os dados identificam áreas não-cultivadas com alto potencial agroecológico em áreas com densidade populacional inferior a 25 pessoas/km².

Mapa 1: Expansão da produção de soja e localização das principais agroindústrias, no Brasil (1990 – 2005)



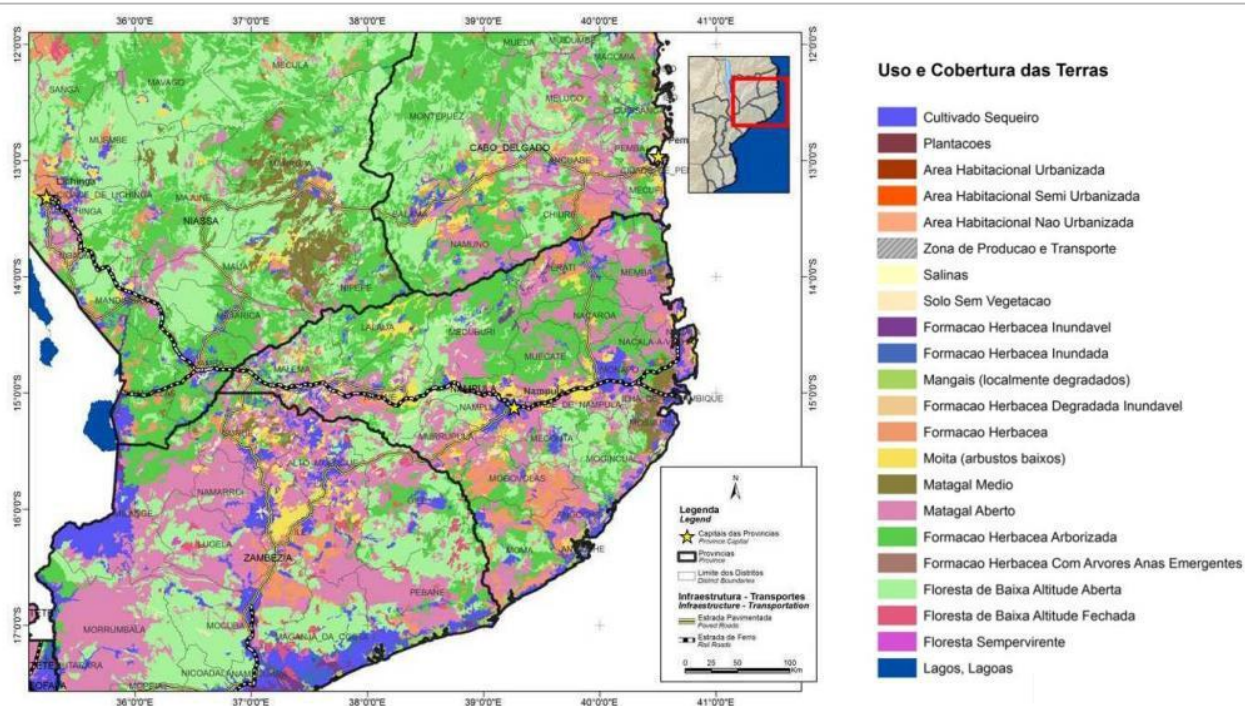
Fonte: WESZ (2008)

Mapa 2: Localização de Moçambique, no mapa político mundial



Fonte: EMBRAPA (2010).

Mapa 3: Mapa de uso de terras, em Moçambique (2011)



Fonte: BOLFE ET. AL (2011).

Tabela 1: Origem do capital aplicado em terras, no Brasil (2010)

País	Área (em ha)	%	%*
Portugal	1.030.119,42	23,68	36,95
Japão	432.469,84	9,94	15,51
Itália	256.145,06	5,89	9,19
Líbano	172.696,63	3,97	6,19
Espanha	127.499,12	2,93	4,57
Alemanha	123.667,19	2,84	4,44
Holanda	114.189,29	2,62	4,10
Subtotal	2.787.713,56		
Outros	530.927,01	12,21	-, -
Inf. Inexistente	1.208.690,22	27,79	-, -
Inf. Inválida	352.598,26	8,11	-, -
Total	4.349.002,04	100,00	

Fonte: SAUER, LEITE (2012)

Tabela 2: Participação (%) do Investimento Brasileiro Direto em regiões mundiais, (1970 – 2006)

	1970	1980	1990	2000	2005	2006
Mundo	0,1	0,7	0,3	0,2	0,3	2,3
Países em Desenvolvimento	27,5	11,6	5,2	1,7	2,2	16,2
América Latina e Caribe	44,8	40,8	208,4*	4,6	7,0	57,4
América do Sul	70,6	87,3	56,2	28,9	21,1	76,8

Fonte: UNCTAD (2007, *apud* RIBEIRO;LIMA, 2008).

Tabela 3: Evolução do Investimento Brasileiro Direto em países da América do Sul, em US\$ bilhões (2001-2009)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total (inclui paraíso fiscal)	42.584	43.397	44.769	54.027	65.418	97.715	111.339	113.755	132.413
Argentina	1.625	1.503	1.549	1.722	2.068	2.136	2.360	3.376	4.251
Bolívia	36	53	52	47	53	55	53	48	-
Chile	158	168	203	186	234	1.799	509	387	459
Colômbia	130	26	42	42	30	47	178	298	561
Equador	71	96	45	101	4	42	39	21	-
Peru	40	47	52	267	299	235	584	244	704
Paraguai	40	29	59	86	83	149	117	153	170
Uruguai	3.121	1.547	2.810	1.657	1.748	1.743	1.878	2.443	2.531
Venezuela	27	19	13	51	135	104	218	282	801
Total dos países selecionados	5.248	3.488	4.825	4.159	4.654	6.310	5.936	7.253	9.477

Obs: Segundo a Receita Federal do Brasil, o Uruguai é considerado um paraíso fiscal.

Fonte: ALVES (2011, *apud* BENITES, 2013).